

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARINA KUNZE ROSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E A
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

PORTO ALEGRE

2018

Carina Kunze Rosa

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E A
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais, pelo Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
UFRGS.

*Orientador: Prof. Alexandre Silva
Virginio*

Porto Alegre

2018

Dedicado a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, pois sem suas palavras de encorajamento e apoio constante em diversos âmbitos eu jamais teria tido a oportunidade de concluir este curso de graduação. Obrigada especialmente ao meu companheiro, Vinícius Borges Braun, pelo caloroso incentivo moral diário, e a minha mãe, Carla Carretta Kunze, por ter revisado este trabalho mas, principalmente, por sempre ter sido um exemplo a seguir.

Agradeço à UFRGS, aos excelentes professores e aos notáveis colegas com os quais tive o privilégio de trocar conhecimento e que tanto inspiram minha caminhada.

Agradeço em especial ao professor Alexandre Virgínio, que aceitou ser meu orientador nesta pesquisa, exímio educador e um grande exemplo profissional, tanto no meio acadêmico, quanto na vida pública social.

*Ser professor e não lutar é uma
contradição pedagógica.*

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo discute a concepção de democratização da educação, observada a partir da percepção de estudantes concluintes do Ensino Médio de duas escolas públicas no município de Poto Alegre sobre as políticas Públicas de acesso ao Ensino Superior (Cotas, ProUni e Fies), assim como, sobre a função social da etapa de educação que estão completando, e seus planos para o futuro. A partir dos dados obtidos, questionamos a capacidade de contribuir para a diminuição da desigualdade social de um ambiente escolar calcado no mérito e na noção de desigualdade legítima e de igualdade de oportunidades, a eficácia das políticas públicas de acesso supracitadas, tidas como democratizantes do Ensino Superior, mas pouco conhecidas e mobilizadas por seu público-alvo, assim como, a estrutura do Ensino Médio e seu caráter de terminalidade da educação, principalmente na rede pública.

Palavras-chave: **Educação. Ensino Médio. Ensino Superior. Democratização. Igualdade. Cotas. ProUni. Fies.**

ABSTRACT

The present study discusses the conception of democratization of education, observed from the perception of high school students of two public schools in the city of Poto Alegre on the Public policies of access to Higher Education (Cotas, ProUni and Fies), as well as , about the social function of the stage of education they are completing, and their plans for the future. Based on the data obtained, we questioned the capacity to contribute to reducing the social inequality of a school environment based on merit and on the notion of legitimate inequality and equal opportunities, the effectiveness of the aforementioned public policies of access, considered as democratizing the Higher Education, but little are known and mobilized by its target audience, as well as the structure of High School and its character of education termination, mainly in the public network.

Keywords: Education. High School. College. Democratization. Equality. Quotas. Fies. ProUni.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Total de matrículas no Ensino Médio – 2013-2017.....	12
Figura 2 – Evolução da participação dos 20% mais ricos no total de estudantes de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.....	13
Figura 3 – Evolução da taxa de abandono do Ensino Médio na faixa etária 15 a 17 anos entre 2007 e 2013.....	14
Figura 4 – Evolução da taxa de inatividade na população total de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.....	15
Figura 5 – Evolução da taxa de ocupados que não estudam na população total 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.....	15
Figura 6 – Evolução da participação dos estudantes na população de 15 a 29 anos matriculados em escolas públicas.....	16
Figura 7 – Evolução da participação dos estudantes na população total de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.....	27
Figura 8 – Evolução da presença feminina no total de estudantes 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.....	28
Figura 9 – Evolução da presença de pessoas de cor/raça branca no total dos estudantes de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.....	28
Figura 10 – Evolução da participação dos 40% mais pobres no total dos estudantes de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.....	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade estudantes Escola Sergipe	35
Gráfico 2 – Sexo estudantes Escola Sergipe	35
Gráfico 3 – Religião estudantes Escola Sergipe	35
Gráfico 4 – Raça estudantes Escola Sergipe	35
Gráfico 5 – Bairros dos estudantes	35
Gráfico 6 – Com quem moram os estudantes	35
Gráfico 7 – Situação local de moradia	36
Gráfico 8 – Alunos trabalhadores	36
Gráfico 9 – Situação de emprego dos pais	36
Gráfico 10 – Profissão/Emprego dos pais	36
Gráfico 11 – Escolaridade da Mãe	37
Gráfico 12 – Escolaridade do Pai	37
Gráfico 13 – Planos após o Ensino Médio	37
Gráfico 14 – Cursos de Ensino Superior citados	37
Gráfico 15 – Função do Ensino Médio - Estudantes Escola Sergipe	38
Gráfico 16 – Conhecimento Sobre as Políticas de Acesso ao Ensino Superior	39
Gráfico 17 – Idade estudantes Escola Pernambuco	41
Gráfico 18 – Raça - Escola Pernambuco	41
Gráfico 19 – Sexo - Escola Pernambuco	41
Gráfico 20 – Religião - Escola Pernambuco	41
Gráfico 21 – Bairros dos Estudantes	42
Gráfico 22 – Com quem moram os estudantes	42
Gráfico 23 – Situação do local de moradia	42
Gráfico 24 – Estudantes que trabalha	42
Gráfico 25 – Situação de emprego dos pais	43
Gráfico 26 – Profissões dos pais	43
Gráfico 27 – Escolaridade da Mãe	43
Gráfico 28 – Escolaridade do Pai	43
Gráfico 29 – Planos após o Ensino Médio	44
Gráfico 30 – Cursos de Ensino Superior citados	44
Gráfico 31 – Função do Ensino Médio	44
Gráfico 32 – Conhecimento sobre as Políticas de Acesso ao Ensino Superior	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

E.M. – Ensino Médio

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

E.S. – Ensino Superior

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	20
2.1 DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO.....	20
2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	23
3 COM A PALAVRA, OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.....	33
3.1 ESCOLA SERGIPE.....	33
3.2 ESCOLA PERNAMBUCO.....	40
3.3 ANÁLISE.....	46
4 CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO.....	53
APÊNDICE 2 – QUADROS DE RESPOSTAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a democratização da educação no Brasil tendo, como objeto de pesquisa, as políticas públicas de acesso ao Ensino Superior: Cotas, Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). As políticas foram analisadas a partir da caracterização realizada por estudantes do 3º ano do Ensino Médio de duas escolas públicas de Porto Alegre.

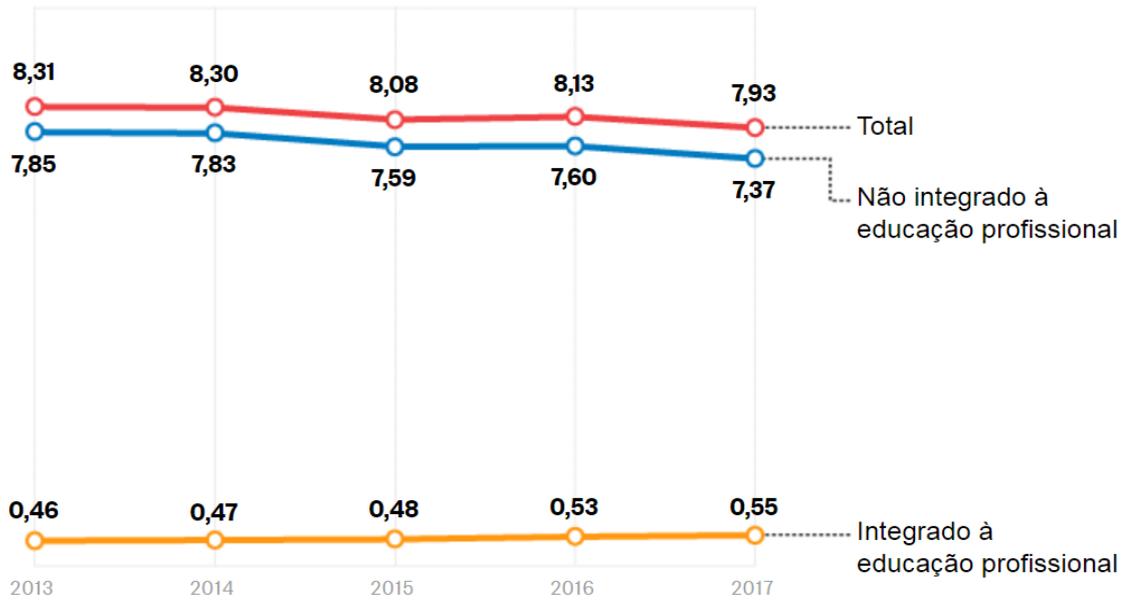
O ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil ocorre com base em processos seletivos conhecidos como vestibular. Em 1998, foi instituído o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que, desde 2010, compõe o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), criado e gerenciado pelo Ministério da Educação, como processo seletivo para IES públicas. Em 2015, foram ofertadas 205.514 vagas via Sisu, 38,7% do total de 530.552 vagas ofertadas nas redes públicas.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), desde 1999, com o intuito de financiar cursos de ensino superior não gratuitos nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. O ProUni (Programa Universidade para Todos) é um programa criado pelo Ministério da Educação em 2004. Oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. As bolsas concedidas – integrais (100%) ou parciais (50%) – são destinadas a estudantes brasileiros de baixa renda e sem diploma de nível superior.

A Lei de Cotas foi aprovada no dia 29 de agosto de 2012, Lei Federal 12.711/12, que instituiu ações afirmativas nas IFE, reservando 50% das vagas na educação superior para estudantes negros, pardos, indígenas e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Metade da reserva de vagas é para alunos com renda familiar per capita igual ou menor que 1,5 salários mínimos, equivalente ao valor de cerca US\$ 341,07 em 2015. Observa-se aumento do registro de cor/raça em todos os segmentos, mas há um crescimento paralelo na matrícula de brancos e pardos e não de pretos e amarelos.

Os dados do Censo Escolar realizado ao longo do ano de 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e lançado em janeiro de 2018 foram tomados como referência para a apreensão da realidade educacional nacional, sobretudo no que concerne ao Ensino Médio. Neste sentido, assinala-se que o Brasil teve 7,9 milhões de matrículas no Ensino Médio em 2017, contra 8.133.040 no ano anterior.

Figura 1 – Total de matrículas no Ensino Médio – 2013-2017

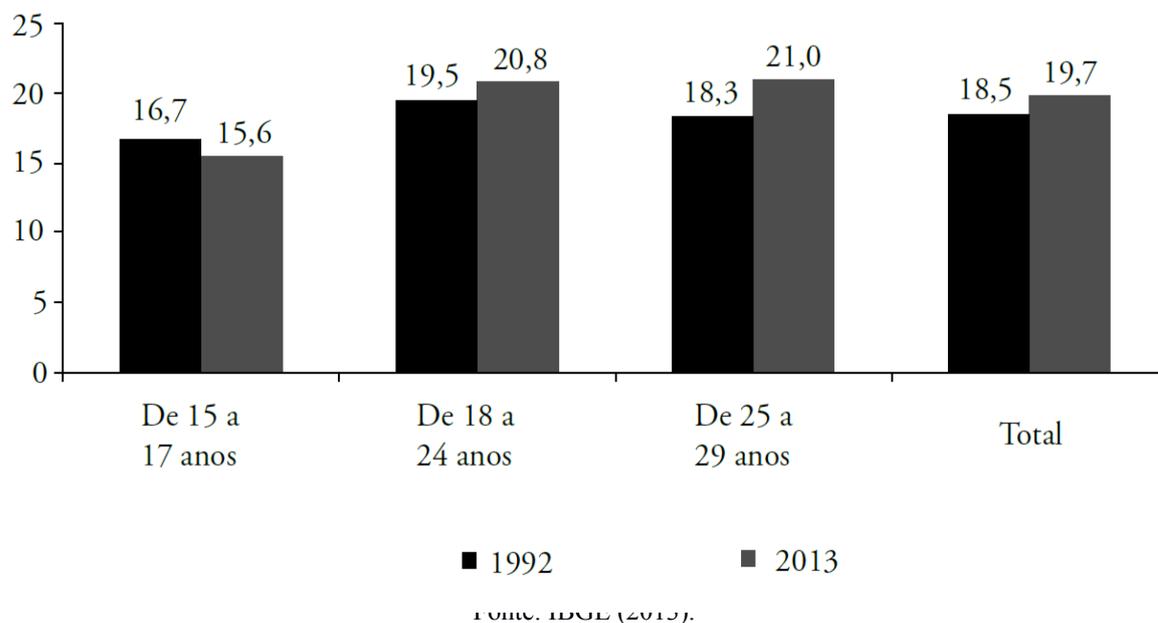


Fonte: Censo Escolar 2017.

Aproximadamente 66% dos jovens de 15 a 17 anos estão de fato frequentando o Ensino Médio na idade certa. A média da taxa de distorção idade-série no Ensino Médio em 2016 foi entre 20% e 40% na maior parte das regiões do país. Menos de 15% dos adultos na faixa etária de 35 a 44 anos de idade, pais de alunos, possuíam um diploma universitário no Brasil. Em 2014, apenas 36,8% dos jovens de 19 anos do quartil de renda mais baixa haviam completado o Ensino Médio, contra 84,9% do quartil de renda mais alta.

Figura 2 – Evolução da participação dos 20% mais ricos no total de estudantes de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.

Brasil: evolução da participação dos 20% mais ricos no total dos estudantes de 15 a 29 anos de idade entre 1992 e 2013 (em %).



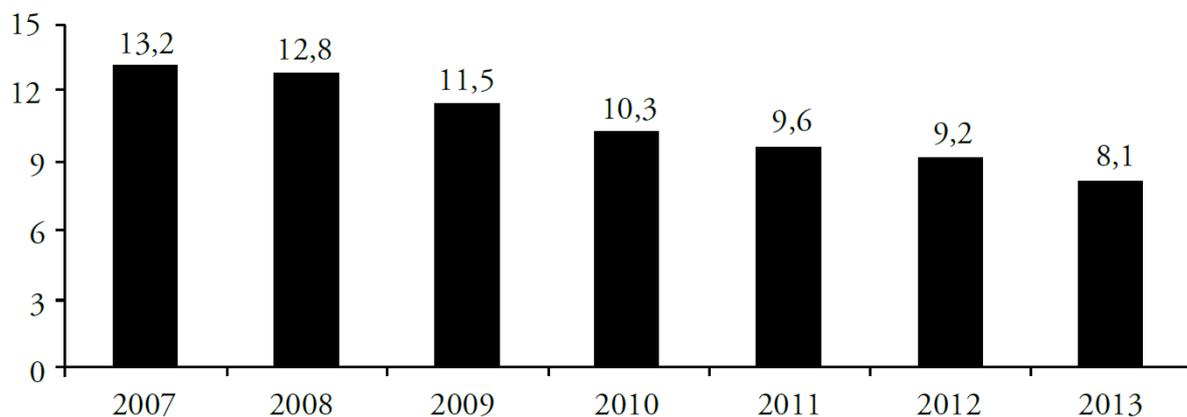
A evasão escolar nessa fase da escolarização, segundo o MEC, chega a 11,2%. Os altos índices de repetência escolar e abandono nessa etapa, muitas vezes, estão ligados a níveis da infraestrutura das escolas. Em 2016, com 6,9 milhões de matrículas, a rede estadual teve uma participação de 84,8% no total do ensino médio e concentrou 96,9% das matrículas da rede pública, 12,5% dos matriculados em escolas privadas. Porém, de acordo com o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), calculado pelo Inep, em 2015 a média das redes públicas de Ensino Médio foi 3,5, enquanto a da rede privada foi de 5,3, numa escala de 0 a 10.¹

¹Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf

Figura 3 – Evolução da taxa de abandono do Ensino Médio na faixa etária 15 a 17 anos entre 2007 e 2013.

Brasil: evolução da taxa de abandono do ensino médio na faixa etária de 15 a 17 anos de idade (em %).

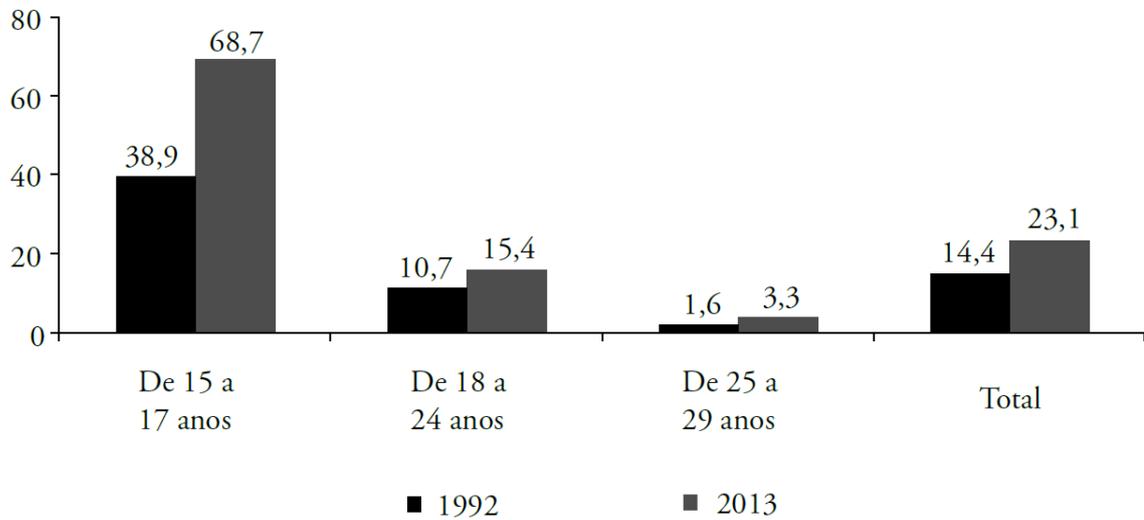


Fonte: INEP (2013)

A percentagem de matrículas no Ensino Médio noturno encontra-se em queda. Em 2016, dos 8,1 milhões matriculados no Ensino Médio, 22,4% (1,8 milhões) estudam no período noturno e, em 2015, a percentagem foi de 23,6% do total. Em 2014, 58,7% dos jovens entre 15 e 17 anos só estudavam, 9,5% só trabalhavam, 18,4% estudavam e trabalhavam e 13,4% não estudavam e não trabalhavam.

Figura 4 – Evolução da taxa de inatividade na população total de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.

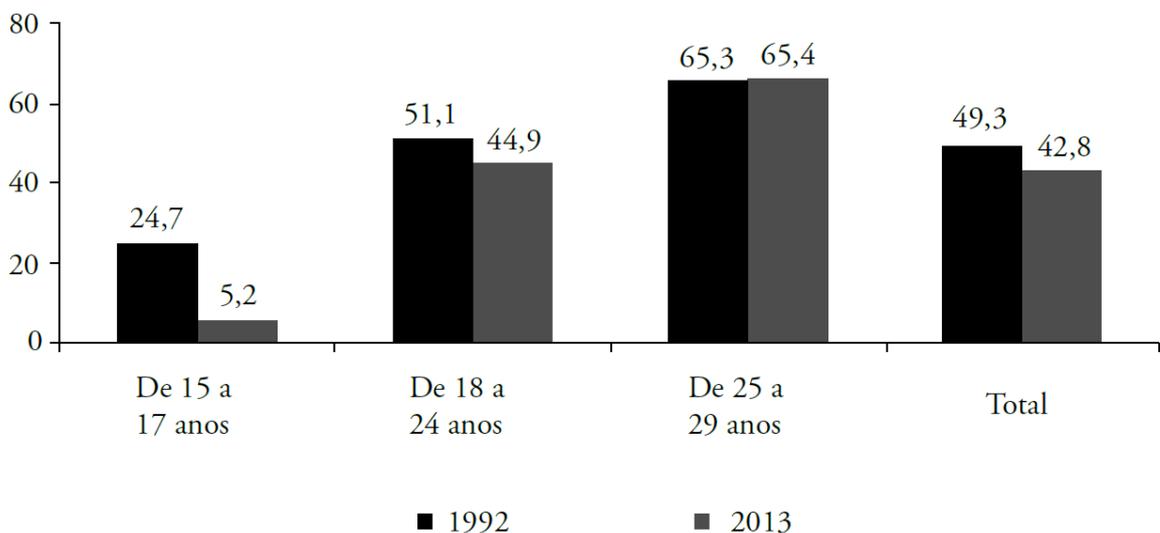
Brasil: evolução da taxa de inatividade na população total de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013 (em %).



Fonte: IBGE (2013).

Figura 5 – Evolução da taxa de ocupados que não estudam na população total 15 a 29 anos entre 1992 e 2013

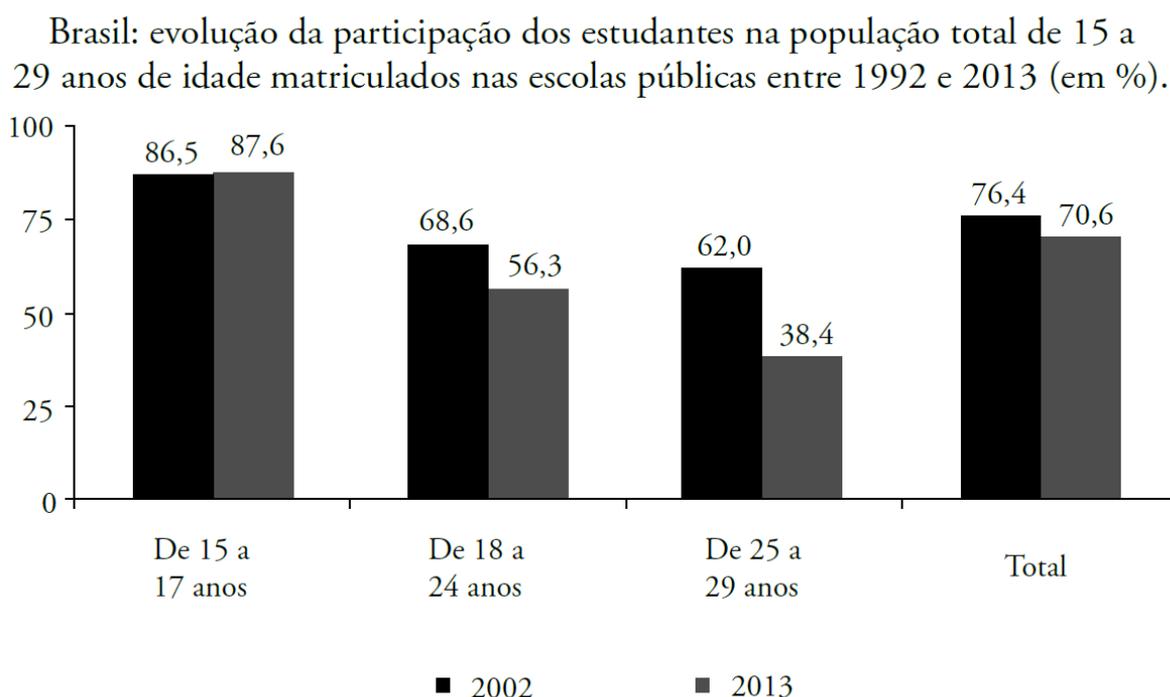
Brasil: evolução da taxa de ocupados que não estudam na população total de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013 (em %).



Fonte: IBGE (2013).

Entre as escolas públicas há distinção, de acordo com as condições curriculares, físicas e de pessoal docente. O acesso às matrículas públicas de nível médio está sujeito à existência de vagas nas escolas, o que com frequência varia em razão de diferentes interesses político governamentais. Em alguns casos, as vagas são disputadas com base em sorteio, em outros, com exames de seleção, em processos bastante concorridos. De acordo com o Ideb, as melhores escolas são as públicas federais, representadas pelos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, centros federais de educação tecnológica, colégios de aplicação, ligados às universidades federais, e os colégios militares².

Figura 6 – Evolução da participação dos estudantes na população de 15 a 29 anos matriculados em escolas públicas.



O Ensino Médio no Brasil distingue-se, principalmente, pela sua associação ou não com a profissionalização. Atualmente estão estabelecidas as possibilidades: Ensino Médio Propedêutico e o Profissionalizante, que pode ser integrado, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada àqueles que não frequentaram a escola na idade compatível com a seriação regular, oferecendo a possibilidade de integralização do Ensino Médio na metade do tempo praticada regularmente. Há também

² Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/infograficos/educacao-ideb/>

modalidades específicas de ensino para as populações indígena, quilombola e do campo, assim como a possibilidade de certificação de saberes equivalentes à escolarização básica por meio de exames.

A Lei 13.415/2017 reformou o Ensino Médio estabelecendo, além do ensino profissionalizante, cinco diferentes itinerários formativos (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional). Para diversos educadores (Ferraro, 2004; Frigotto, 2010; Cunha, 2017; Saviani, 2007), essa reforma tende a reforçar as desigualdades que se fazem presentes na sociedade ao destinar uma escolarização secundária terminal, como preparação para o trabalho, para camadas sociais com menor capital cultural e econômico conduzindo-as a permanecer em ocupações de menor reconhecimento social e retorno econômico mais baixo, enquanto os estratos de maior capital cultural e econômico se concentrariam nas formações propedêuticas que levam às ocupações mais prestigiosas. Essa política tem função de conter a demanda de Ensino Superior, que tem vivido uma inédita centralização empresarial e concentração do capital (Cunha, 2017).

Há um aumento do debate acerca da função destas etapas da educação na sociedade atualmente. Diante das recentes políticas governamentais de reforma do Ensino Médio se faz necessário aprofundar a discussão sobre a disputa presente hoje entre o caráter de terminalidade ou de continuidade dos estudos que deve ser socialmente atribuído ao Ensino Médio, questionando a democratização do ensino no país.

Em um cenário político de instabilidade, a reforma proposta para o E.M. e as tensões sociais provocadas por projetos de lei em tramitação como o Escola sem Partido, levam à necessidade de reflexão sobre de que forma esta etapa da educação se configura na vida dos jovens e se suas perspectivas de futuro passam pela mobilização ou não das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior. Além disso, é vital identificar as dificuldades presentes que obstaculizam a democratização do ensino nestas fases da formação educacional, considerando as grandes desigualdades socioeconômica, étnica e de gênero presentes no contexto nacional.

Também consideramos relevante refletir sobre as condições em que se dão estas etapas da educação no país através da observação de questões como a recente obrigatoriedade de estudos para jovens até 17 anos, o novo Ensino Médio, a diminuição de oferta de EJA e de turmas de Ensino Médio noturnas, o aumento de cursos técnicos e de faculdades à distância, o corte de verbas para universidades públicas e para pesquisa acadêmica, entre outros temas, a fim de questionar o que se pode considerar uma escolarização justa e uma educação democrática.

Desta forma, essa pesquisa se propõe a discutir de que forma a atual constituição do Ensino Médio e as políticas públicas de acesso ao Ensino Superior (Cotas, ProUni e FIES) contribuem com o processo de democratização da educação no Brasil, identificando, a partir da visão que os estudantes concluintes do Ensino Médio têm a respeito das mesmas, de que forma essas políticas penetram no tecido social em meio ao seu público-alvo, observando como estes entendem a importância e função destas etapas da educação em suas vidas.

Este questionamento surge da minha experiência no estágio docente da habilitação em licenciatura, em que estive com seis turmas de 3º do Ensino Médio no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, em 2015. Na ocasião pude observar muita confusão entre os estudantes sobre o tema das políticas de acesso ao Ensino Superior, e chegamos a realizar uma palestra na escola, em dois períodos, no auditório, com convidados da UFRGS debatendo o tema das cotas. Dessa forma, consideramos interessante mapear a permeabilidade dessa política, e de outras, nas escolas públicas.

Assim, apesar das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior servirem de estímulo à conclusão do Ensino Médio, consideramos como hipótese que os jovens de mais baixa renda e com menor capital social, público-alvo dessas políticas, têm tido como horizonte final dos estudos o término do Ensino Médio, com planos posteriores mais relacionados diretamente ao trabalho. Neste quadro, o (des)conhecimento das políticas de acesso e a falta de informação que se tornam um obstáculo a mais colocado diante dos jovens das camadas desprivilegiadas. Em condições de desigualdade socioeconômica extrema, como no Brasil, a democratização da educação não se sustenta apenas na ampliação de acesso. As políticas em questão têm como fundamentação uma noção de igualdade de chances e de desigualdade legítima, calcada na noção de mérito, não contribuindo para a promoção da igualdade e justiça social através da educação. O Ensino Médio público, considerando suas especificidades, pouco prepara o estudante para a disputa pelo ingresso no Ensino Superior. Em resultado, seu atual caráter de terminalidade da educação formal, atendendo estudantes com capitais econômico e cultural restritos, que são o público alvo das políticas de Cotas, ProUni e Fies, configura uma realidade que não favorece o conhecimento de tais políticas e, por isso, pouco se mobilizam em torno de sua utilização.

Além da análise de documentos referentes às políticas públicas de acesso ao E.S., Cotas, ProUni e Fies, e de dados sobre a situação atual da escolarização brasileira como um todo, a fim de sondar como os estudantes percebem as políticas em questão, recorreu-se, como dimensão empírica deste estudo, ao contato com alunos concluintes do Ensino Médio em escolas da rede pública de ensino. Assim, foi aplicado um questionário, com perguntas

abertas e opinativas, em duas turmas de 3º ano do Ensino Médio regidas pela mesma professora da disciplina de sociologia, em duas escolas públicas diferentes de Porto Alegre, uma com localização central e uma periférica na zona sul da cidade.

Na pesquisa de campo, o questionário utilizado³ contou com algumas perguntas iniciais para reconhecimento do histórico e contexto socioeconômico dos estudantes participantes e de suas famílias, a fim de possibilitar uma posterior análise das informações sobre origem social em cruzamento com as respostas das três perguntas principais do instrumento de pesquisa utilizado. Os dados solicitados foram: idade, sexo, etnia, religião, bairro em que mora, se trabalha (se sim, em que), se os pais trabalham (se sim, no que), e a escolaridade dos pais. As perguntas principais foram: 1) Quais seus planos após o final Ensino Médio? 2) Qual o sentido e a importância você dá para essa etapa de ensino? 3) Diga se conhece e explique com suas palavras o que são: Cotas, ProUni e Fies. O questionário utilizado nesta pesquisa foi impresso e distribuído aos alunos em folhas frente-e-verso, tendo o cuidado de deixar bastante espaço entre as perguntas para estimular respostas mais longas. O mesmo foi aplicado nos dias 12 e 17 de julho de 2017 e em média os estudantes levaram 20 minutos para preencher o questionário.

Os nomes das escolas e da professora foram modificados neste trabalho, de modo a preservar suas identidades. As respostas foram cruzadas com as informações dos seus históricos, seus lugares de fala, para tentarmos interpretar como e de onde chegam as informações sobre as políticas de acesso ao ensino superior nos diferentes estudantes e, de modo geral, como cada estudante as compreendem.

Assim, a partir destes dados sobre a situação da educação no país e de uma ampla discussão sobre a concepção de democratização da educação, dialogando principalmente no primeiro capítulo deste estudo, e apesar das diferenças de contextos sociais entre nossos países, com o autor francês François Dubet, debatemos a noção de igualdade e mérito no ambiente escolar, assim como a percepção de Marcio Pochmann sobre o princípio de justiça que baseia as políticas públicas educacionais brasileiras. No segundo capítulo discutimos a constituição histórica da educação no Brasil, principalmente debatendo dados dos últimos 50 anos apresentados pela autora Marta Arretche. Logo após, no terceiro capítulo, apresentando os dados e considerações analíticas sobre a pesquisa empírica realizada com os jovens concluintes do Ensino Médio em Porto Alegre, discutimos as percepções dos mesmos sobre a função do Ensino Médio, seus conhecimentos sobre as políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, e seus planos de futuro após o final desta etapa em suas vidas.

³O modelo do mesmo encontra-se ao final deste trabalho como apêndice.

2 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

2.1 DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO

Segundo Dubet (2015, 2014, 2011, 2008, 2003, 1997), enquanto à escola se atribuir a missão de estabelecer os fundamentos cognitivos, volitivos e culturais necessários a qualquer indivíduo para ser cidadão, ela tem o dever de visar à igualdade. No entanto, nada indica que a escola faz crescer a igualdade de chances para todo mundo, ou que as competências escolares são úteis à atividade social, a depender da maneira como as sociedades utilizam as qualificações escolares, que, à priori, apenas classificam os indivíduos, selecionam as elites, excluem os menos competentes e reproduzem as hierarquias sociais. As características da sociedade, notadamente seu nível de riqueza e de dinamismo, são mais decisivas para alcançar a justiça social do que as características dos sistemas escolares.

O princípio da igualdade é considerado um dos mais evidentes de justiça. Porém, nas sociedades democráticas ele se legitima ao mesmo tempo em que se convive com desigualdades evidentes. No ambiente escolar, o mérito é com frequência apenas uma transformação de determinações sociais em talentos pessoais. No caso, o mérito possui um valor moral na medida em que propõe a prática da liberdade de trabalhar e ser justamente recompensado, sem dever nada a ninguém. Com efeito, os indivíduos são levados a acreditar no mérito para estabelecerem ligação entre seus esforços e as retribuições que deles retiram.

Todos os trabalhadores mobilizam esse senso de justiça quando vendem sua força de trabalho, imaginando que, por isso, são livres e iguais e que seu trabalho é medido equitativamente. O mérito é geralmente medido individualmente e em comparação, o que pode fazer com que a percepção do mesmo seja diferente para cada um, gerando frustração quando o mérito é negado.

O diploma funciona com um marcador de ranking, que atualmente tem se desvalorizado socialmente dado um inchaço de cursos, obrigando o trabalhador a ocupar postos inferiores ao que lhes permitiria sua qualificação escolar. O sentimento é de frustração, resultado da inadequação das esperanças forjadas na escola frente as vagas no mercado de trabalho. Assim, o autor questiona a justiça do mérito, a igualdade de oportunidade e das provas que o conferem, e se este deve ser conferido pelos esforços ou resultados.

Os sujeitos que, a priori, são a favor da igualdade, têm em geral duas concepções da mesma: a primeira é a igualdade de posições, que critica as hierarquias e castas, e a segunda é igualdade de oportunidades, denunciando discriminações que impedem os sujeitos de ter acesso de maneira equitativa às posições sociais que pretendem. A maioria das pessoas misturam essas concepções, formando a noção comum partilhada de igualdade. “A igualdade é relativa e repousa sobre um princípio de comparação entre posições” (Dubet 2014).

O autor pondera que a maior parte das pessoas oscila entre a ideia de que igualdade é uma posição em uma ordem, e a de que é um conjunto de oportunidades a que todos devem ter acesso. Ou uma igualdade como alargamento das posições aristocráticas, ou a igualdade de oportunidades, a igualdade liberal, que não questiona a estrutura social e o choque entre a meritocracia e o ponto de partida social de cada indivíduo como envolvido na gama de escolhas que se abrirão para o mesmo.

Ou a crítica se dá porque a ordem social não é justa, ou porque as desigualdades são obstáculos para o posicionamento no ranking. A crítica às castas vai do social ao individual, denunciando a injustiça e a humilhação que o indivíduo sofre, enquanto a crítica às discriminações vai do íntimo para o social, descrevendo o sofrimento pelos obstáculos que impedem que se desenvolva seu projeto pessoal. Em um caso se fala de ordem e no outro de projetos de realização e de mobilidade.

A sociologia denuncia os mecanismos de reprodução da desigualdade, heranças de fortunas, disposições e costumes culturais desiguais, arranjos entre os privilegiados, estigmas dos bairros periféricos e tudo o que contribui para a desigual distribuição de oportunidades. A escola ocupa lugar central como produtor da desigualdade e, ao mesmo tempo, como instrumento de superação da mesma. Quanto mais o indivíduo é diplomado, mais ele considera a escola justa e mais tem a noção social de que ela combate a desigualdade.

A hierarquia escolar é considerada justa pelo cidadão na França, de acordo com a pesquisa de Dubet, e a população prefere a meritocracia escolar à econômica, demonstrando que a crítica à desigualdade de oportunidade escolar está já banalizada. Consideram sim injusta a desigualdade de estrutura entre as escolas, e a população reclama por não poder pôr seus filhos no ensino privado, enquanto aqueles que podem pagam para seus herdeiros as melhores universidades. Assim, fazem crítica à injustiça da falta de acesso e não ao funcionamento da escola, mantendo-se a crença na justiça dos diplomas e, mesmo os que fracassam na escola, aceitam esse veredito, e, de acordo com o autor, a desigualdade de salário entre ocupações é justificada. Deste modo, para os entrevistados por Dubet, se o filho

do gari, que vê seus pais ganharem pouco durante a vida toda, estudar e tiver diploma, é justo que ganhe muitas vezes mais que os seus pais trabalhando menos.

De acordo com Derouet (2000, 2010), o direito a igualdade na educação, que esteve historicamente junto do direito ao trabalho e à proteção social formando os pilares do Estado-providência, foi substituído por uma luta contra a exclusão. Não se trata mais da igualdade de chances, mas de igualdade de resultados, expressa nos sistemas de avaliação em larga escala.

A autora Raquel Gandini (1992) discute a construção do Estado moderno a partir da consolidação do monopólio da violência legítima pelo Estado e do controle da ordem jurídica e burocrática constituída pela elite política, civil e militar da sociedade de um determinado território, controlando a vida dos indivíduos através de um aparato administrativo, desenvolvido ao longo do século XI.

Há nesse período descrito por ela, uma transformação do pensamento político e da forma de exercício do poder, com maior despersonalização do domínio do poder e diminuição do interesse individual na esfera social com a constituição de um aparelho estatal separando bens públicos e privados. O Estado retém informações sobre o cidadão e oferece educação compulsória, assim como o serviço militar obrigatório, ou seja, conclui a autora, oferece controle. Um Estado despatrimonializado onde se constituem estruturas de uma rede administrativa, diferenciando o que se considera o espaço público, com o tempo evoluindo, o que é comum e decidido pela atividade política do cidadão, através do discurso e não da violência, principalmente com a constituição do sufrágio, com a população decidindo o que é justo e o que é útil.

A democracia enquanto forma de governo se desenvolveu de formas diversas nas diferentes nações, de acordo com a influência de diversos fatores. Hoje no Brasil é comumente considerado ingenuidade, quase como em tom pejorativo negativo, envolver-se com política, e o indivíduo que participa da vida pública é considerado interesseiro, o que faz com que em geral o espaço público seja deixado de lado por grande parte da população e se torne fortemente permeado por interesses privados das elites do país. Já existe participação na vida pública de negros e mulheres, os direitos políticos são comuns, mas o sistema democrático no país só envolve as pessoas na tomada de decisão uma vez a cada dois anos, restrita a escolha dos representantes para o legislativo e executivo.

Vale lembrar que apenas homens livres eram considerados cidadãos, perseguindo-se o gênero feminino e pessoas escravizadas, estas últimas que eram e ainda hoje são tratadas cidadãs de segunda categoria no Brasil. A esfera privada, dantes marcadamente circunscrita ao local das atividades inerentes a reprodução da vida, onde quem reinava era o pai, que tinha, e

tem até hoje em muitos lugares, o poder sobre tudo e todos dentro do que lhe compete como sendo o seu patrimônio familiar, hoje é um espaço menos desigual.

Em nossa sociedade o Estado é organizador da educação, que é de interesse comum para o bom desenvolvimento nacional, oferecida por ele e regulamentada de acordo com seu interesse, muitas utilizada como instrumento “visando a integração política, ou a preparação para o trabalho, ou a adaptação à sociedade ... que geralmente apontam para a formação do cidadão útil e dócil” (Gandini, 1992), mesmo sendo um direito social do cidadão historicamente conquistado e elemento essencial da democracia e da liberdade política.

Assim, compreender a formação da concepção histórica de nação e do Estado moderno, assim como a posição do cidadão na tomada de decisão, são fatores importantes para se entender a história da formação educacional pública oferecida no país, em suas normas e instituições, e são requisito para observar o desenvolvimento da noção de justiça e igualdade na educação no Brasil.

2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação passa a ser uma preocupação da monarquia no Brasil quando da vinda da família real em 1808. Com a disseminação dos valores de liberdade, igualdade, cidadania e republicanismo, trazidos da Europa, principalmente da França, contra a escravidão e a favor da república, a realidade da educação no Brasil, que não era diferente da do resto dos serviços públicos no país, pobre, precária, não livre e elitizada, com poucas escolas, coordenadas pela igreja jesuítica em seus seminários, o que se modifica com sua expulsão dos mesmos e a transferência das estruturas de educação para a coroa. Assim, se faz assumir o Marques do Pombal, sob a ideia de que seria papel do Estado educar, planejando criar escolas em todas as capitais, o que não foi bem sucedido por falta de estrutura e investimento.

Porém, na Constituição de 1824 se impõe que a educação primária seria obrigação do Estado e um direito do cidadão (no caso, homens, livres e com propriedade), devendo ser gratuita. Dez anos depois, se coloca como responsabilidade a oferta da educação pelas províncias, levando à menor investimento financeiro e geraram um desenvolvimento da educação desigual no país de acordo com a realidade de cada região.

O Brasil historicamente pouco investiu em Ensino Superior, exportando os filhos das elites para estudarem em Portugal, ao contrário das colônias espanholas, que tinham muitas

universidades, o que possibilitou a formação de grupos questionadores locais que buscaram a independência e posteriormente formaram os países da América Latina. Criaram-se as primeiras escolas superiores quando da chegada da corte ao país, mas não eram gratuitas. Porém, as escolas de Ensino Médio e Superior da Marinha e do Exército eram gratuitas, o que fez com que muitos jovens de baixa renda às procuram-se, criando um polo político de resistência ao Império e à elite civil nestes ambientes, já que a formação técnica e positivista militarizada ofertada aos jovens de classe baixa se opunha à formação em Direito, Engenharia e Teologia. Assim, a educação esteve quase sempre ligada à preparação da alma para a igreja ou da elite para o exercício de poder, constituindo-se as grandes famílias coloniais que até hoje dominam a vida política, econômica e cultural no Brasil.

A ideia de uma educação básica que iguale a todos pressupõe que todos deveriam ser cidadãos, algo que levou muitos anos para ser assimilado. Há uma dominação simbólica, como afirma o sociólogo Pierre Bourdieu, que contribui para o fracasso escolar, relacionada a como o ambiente escolar é constituído a partir da naturalização da cultura da classe social dominante, excluindo, assim, jovens de diversas etnias e realidades sociais, obrigados a se padronizar ou perder-se em meio a códigos, habitus, regras e condutas que lhes são cobrados. Além disso, a dominação econômica e a necessidade de trabalhar para sobreviver coloca os jovens de classes sociais mais baixas longe dos bancos escolares, principalmente a partir do Ensino Médio, sendo privilegiados aqueles que têm tempo e condições financeiras para seguir estudando.

Visto que no Brasil a educação nunca foi uma realidade para o conjunto da população, mas apenas para a elite capaz de pagar por este serviço, criou-se ainda um estigma, nos termos do sociólogo Ervin Goffman (1964), para com os pobres, negros e analfabetos do Brasil, tidos como incapazes, dependentes e até perigosos, o que posteriormente o autor Paulo Freire denunciaria como um dos muitos “desconceitos” que envolvem a história do Brasil (FERRARO, 2004).

As escolas de periferia, voltadas para o público majoritariamente negro e pobre, são inferiores em infraestrutura, qualidade, quantidade e formação de professores. Muito das ofertas de formação para além da escola básica voltadas a esse público são de cursos técnicos, que constituem-se como uma breve instrução para o mercado de trabalho, evidenciando a desigualdade em relação as possibilidades de estudo dos jovens da elite.

A ideia de uma sociedade baseada na razão e na independência do indivíduo legitimada pela capacidade de ler é um dos princípios sociais mais recentes que construímos e ainda está em processo de concretização. Na década de 1930 foi fundado o Ministério da

Educação, e é espaço de constante disputa sobre o caráter da educação que se quer que o Estado ofereça, com uma formação humanista clássica intelectual, ou instrução técnica para constituir um ofício de trabalho.

A noção desenvolvimentista que vê educação como capital humano reinou no país até o início da ditadura militar, deixando como legado o Sistema S. Porém, após um período de crescimento econômico de cinco décadas seguidas, em que havia alta taxa de absorção de trabalho na indústria, o Brasil passa a ter, entre 1990 e 2000, 50% da mão de obra demitida, crescendo apenas o setor de serviços, que exige pouca qualificação. Aumenta o desemprego estrutural, com taxas variando entre 15% e 30% e a baixa mobilidade social, além da concentração populacional do país que, majoritariamente agrária passa a ser de maioria urbana e a mudança social dos espaços de socialização, têm muitas consequências na educação.

No atual estágio do neoliberalismo no Brasil, a educação não está para todos de forma igualitária, há pouco investimento público e interesse político na educação básica gratuita universal de qualidade por parte das elites econômicas e seus representantes governantes, o que se reflete na educação para as massas com escolarização curta e objetiva, com qualificação apenas suficiente, sem a preocupação em ofertar uma formação completa. Com os gastos em educação no país em 2016 totalizando 4,9% do PIB⁴ a educação é um privilégio e passa a ser vista apenas como uma forma de acessar recursos financeiros individualmente, baseada na lógica meritocrática, sem levar em consideração as desigualdades nas relações sociais de poder, opressões, a concentração econômica, as diversidades sociais, culturais, histórias de vida e tantos outros elementos que influenciam a formação educacional dos indivíduos.

Em muitos casos a escola é vista e administrada como empresa, sendo os alunos considerados como os clientes consumidores do produto educação, vendido pelos professores, não voltada para a constituição de cidadãos, propagação de conhecimentos das culturas que valorizamos enquanto corpo social coletivo, mas um espaço que reproduz discriminação social ao reforçar privilégios e desigualdades, enfatizando a competição e ganhos individuais em detrimento de colaborações coletivas. Uma educação essencialmente técnica pode não desenvolver entre os estudantes o espírito de solidariedade e equidade, compromisso com respeito à igualdade e outros valores morais que constituímos socialmente como importantes durante os séculos, junto com nossos direitos essenciais. A educação é essencial para

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/ocde-brasil-esta-entre-os-que-menos-gastam-com-ensino-primario-mas-tem-investimento-europeu-em-universidade.ghtml>

desenvolvimento essa capacidade comunicativa, senso de comunidade, memória coletiva e cidadania, espaço de socialização capaz de dotar os jovens da capacidade de crítica, sendo um fim em si mesma e não uma ferramenta econômica.

Márcio Pochmann (2016) busca identificar os princípios de justiça que perpassam as políticas educacionais como forma de estabelecer a crítica e também subsidiar projetos mais centrados na superação das desigualdades intra e extraescolares. Na educação, a igualdade não é concebida como um princípio abstrato, mas como uma crítica às desigualdades. A educação, neste sentido, tem por objetivo reduzir através da instrução uma parte das desigualdades, que podem ser ligadas ao território onde se vive, à origem social, ao sexo, à religião etc. Nessa concepção, não devem haver diferenças sociais ligadas à nascença, à fortuna dos pais, nem aos hábitos culturais, religiosos, ao sexo, à cor da pele etc., todas as discriminações devem ser combatidas. Assim, uma análise das políticas educacionais não pode prescindir da compreensão da dinâmica econômica que progressivamente aprofunda as desigualdades sociais.

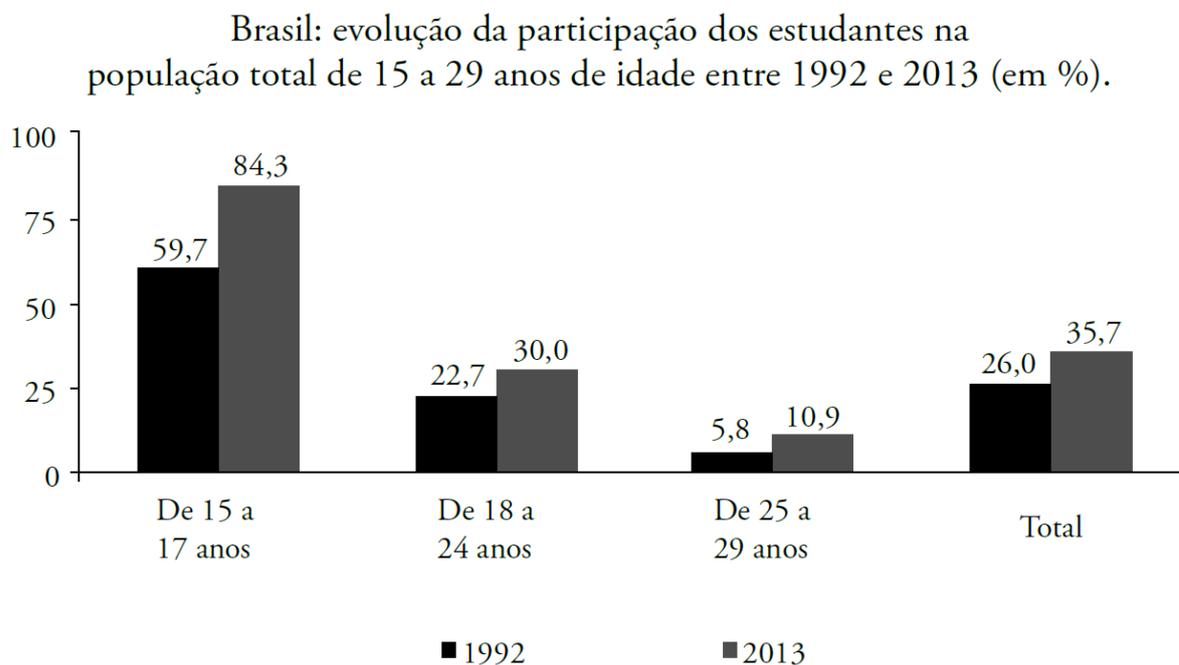
Para Pochmann (2016), a estrutura geral do sistema educativo é desigual. As políticas de democratização da escolarização no país, com a extrema desigualdade e concentração de renda que existe, estão adequadas à lógica da competitividade, sob o princípio da desigualdade legítima, e não sob o princípio da equidade de acesso aos direitos. O direito à educação tomou forma de lei, com políticas públicas com o objetivo de assegurar a inclusão social dos pobres ao sistema educacional e a democratização escolar se configurou como uma expansão massificada. Esse movimento é entendido por ele como parte do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que necessita incorporar e engajar a população sob o risco de aprofundar os grandes desequilíbrios e gerar conflitos mais intensos. Essa proposta reforça o tratamento desigual da escola, reduzindo o processo formativo à lógica competitiva e individualista, evidenciando os mecanismos que operam a discriminação dos alunos.

Avanços importantes foram constatados, como na descentralização das ações educacionais, na reorganização dos recursos orçamentários, na ampliação quantitativa de escolas e vagas, na introdução do piso nacional de remuneração, entre outras. Apesar disso, a trajetória da democratização se revelou muito mais uma expansão quantitativa de matrículas em contextos escolares desiguais e empobrecidos, com trabalhadores desvalorizados como categoria profissional. Portanto, não se construiu uma estrutura para exercer, com igualdade, o direito à educação.

A expansão da educação superior no Brasil tem ocorrido por meio de iniciativas governamentais a partir da segunda metade da década de 1990, com grande incentivo nos

setores privados, como, por exemplo, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para todos (ProUni). Mesmo assim, em 2013, as instituições públicas de ensino superior correspondiam a 29% das matrículas nos cursos de graduação presenciais.

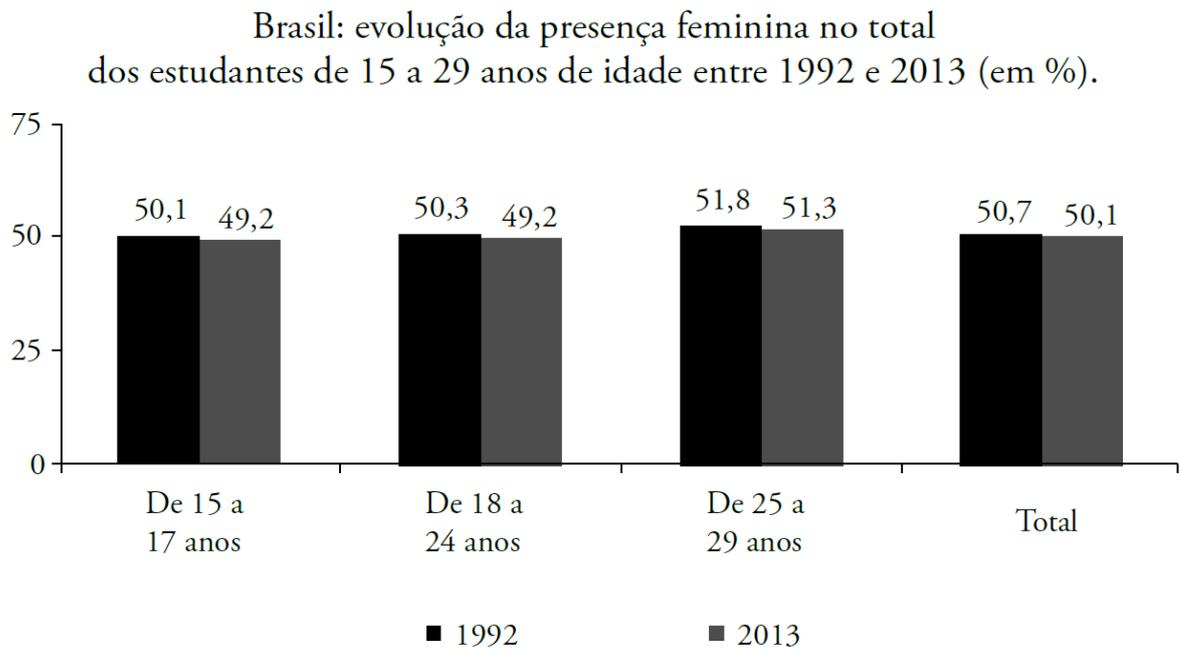
Figura 7 – Evolução da participação dos estudantes na população total de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.



Fonte: IBGE (2013).

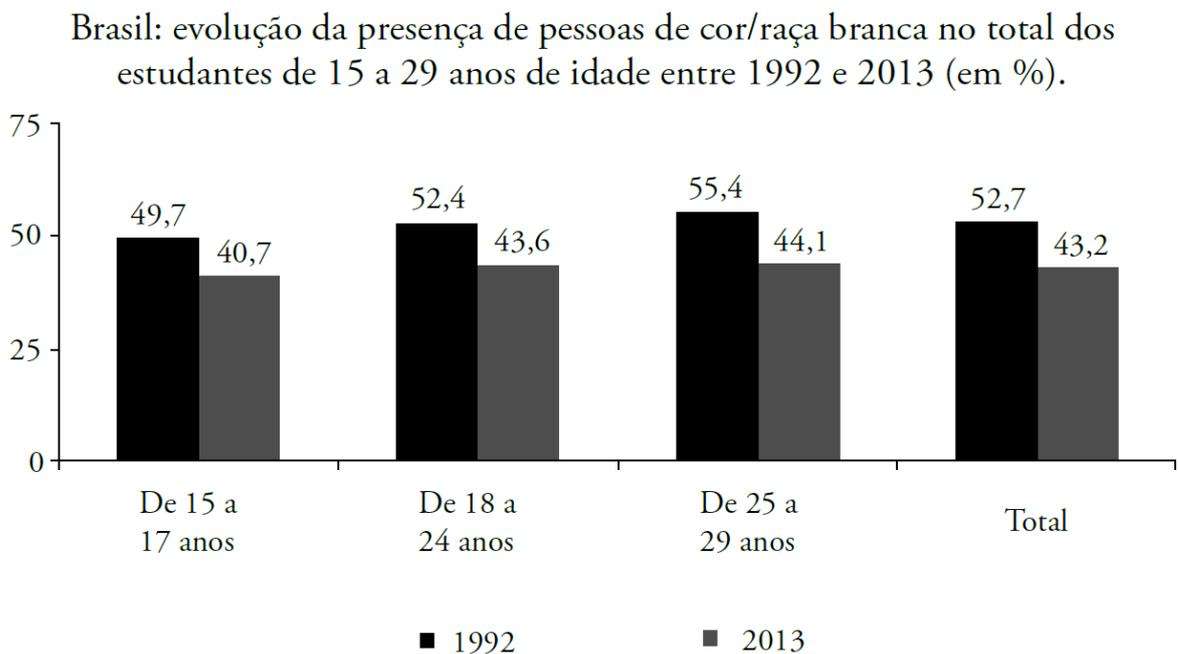
Políticas de democratização aumentaram a participação dos jovens de baixa renda na educação superior, com ações afirmativas onde se inserem as cotas e o ProUni. Porém, do total de estudantes brancos na faixa etária dos 18 aos 29 anos, 69,4% frequentavam o ensino superior, e entre os jovens estudantes pretos ou pardos, apenas 40,7% cursavam o mesmo nível. A inclusão dos jovens à escolarização básica e superior é resultado de políticas construídas sobre o princípio da desigualdade legítima e não sob o princípio da igualdade do exercício dos direitos. Essa prática consiste em tentar incluir jovens com limitações sociais em instituições educacionais estruturadas de forma desigual e excludente.

Figura 8 – Evolução da presença feminina no total de estudantes 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.



Fonte: IBGE (2013).

Figura 9 – Evolução da presença de pessoas de cor/raça branca no total dos estudantes de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.



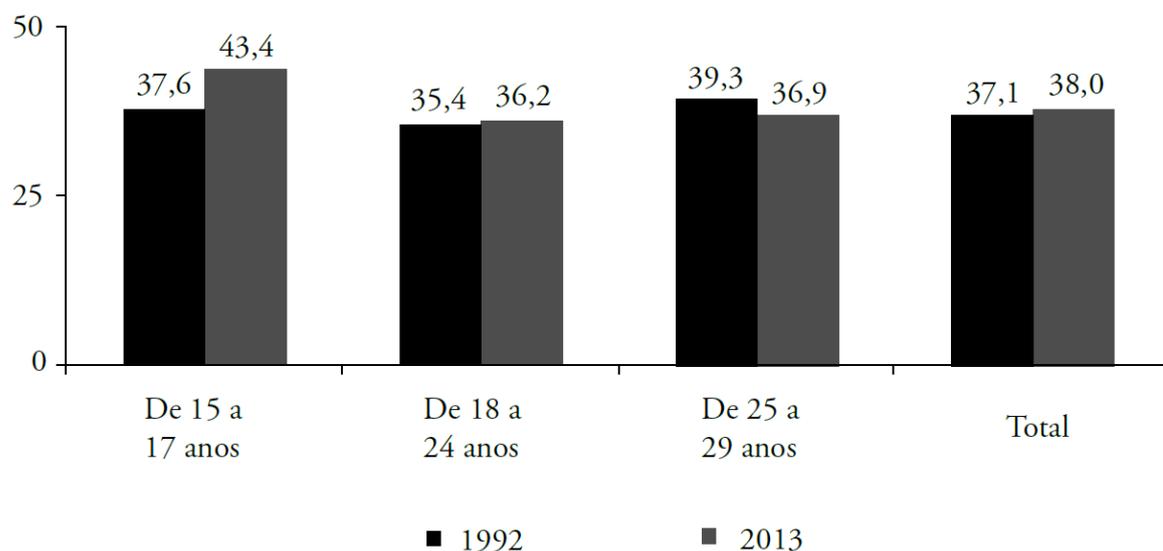
Fonte: IBGE (2013).

Assim, Pochmann (2016) debate como políticas afirmativas não significam aumento da igualdade de chances, mas o reconhecimento da desigualdade de chances e a necessidade de implantação de contrapartidas compensatórias, diferente da lógica de políticas sociais inspiradas pela luta contra as desigualdades. Equidade não implica necessariamente em igualdade, no sentido em que cada um deveria receber uma parte igual. A equidade é o produto da justa apreciação do que é dado a cada um, segundo um princípio superior de justiça, citando Rawls. A escola que chega aos pobres é concebida pela lógica da educação como fator minimizador de riscos e de tensões sociais, como uma prestação de serviços de assistência social, com o objetivo de atenuar a pobreza. “A face manifesta dessa inclusão excludente é a privação de determinados direitos e bens sociais para ser, ao mesmo tempo, precariamente incluído em outras dimensões da produção da existência social” (CURY apud POCHMANN, 2016, p. 1251).

O processo de inclusão promovido por meio de políticas educacionais não se mostra suficiente para promover uma igualdade de oportunidades. A queda da participação na escola de 6,1% no segmento mais pobre de 25 a 29 anos reforça essa tese, principalmente em face ao crescimento de 6,6% no segmento etário de 18 a 24 anos e de 14,7% para a faixa etária de 25 a 29 anos de idade da escolarização do segmento mais rico da sociedade brasileira.

Figura 10 – Evolução da participação dos 40% mais pobres no total dos estudantes de 15 a 29 anos entre 1992 e 2013.

Brasil: evolução da participação dos 40% mais pobres no total dos estudantes de 15 a 29 anos de idade entre 1992 e 2013 (em %).



Fonte: IBGE (2013).

Assim, para Pochmann (2016), não há razão para crer que as sociedades sejam diretamente transformadas pelas políticas educacionais. Pelo contrário, também o diploma não representa uma inserção qualificada no mercado de trabalho. As políticas educacionais se baseiam no ideal de igualdade de chances, sendo estabelecidas no limite do alcance de um suposto equilíbrio entre a inclusão e a exclusão dos jovens na sociedade globalizada. Ao mesmo tempo, na ausência da universalização do acesso a uma educação de qualidade socialmente referenciada, especialmente aos jovens pertencentes às famílias de menor rendimento, a desigualdade mantém-se ativa.

A hipótese de maior aceitação no meio acadêmico sobre esse problema é a da existência de fatores intraescolares próprios de uma instituição burocrática e disciplinar que geram o fracasso escolar, combinado a fatores externos vinculados à pobreza e à fragilidade das políticas educacionais. A racionalidade dominante privilegia políticas educacionais na perspectiva de garantir escolaridade como mecanismo de individualizar o problema da desigualdade como um feito da (in)capacidade do jovem na aquisição do diploma. Dessa maneira, ela acentua não somente a reprodução social, mas também coloca um efeito negativo sobre a coesão social. Nos marcos do sistema capitalista o modelo europeu de igualdade de chances se mostrou uma ilusão.

Em alguma medida, o Brasil incorporou esse ideal, sobretudo na perspectiva da Teoria do Capital Humano que permeou o sistema educacional no período da ditadura militar entre 1964 e 1988. Mesmo assim, há direito à educação em expansão, mas sob a lógica dos resultados. Hoje, os dados mostram que as políticas educacionais dos últimos anos conseguiram engajar grande parte dos jovens na escola, sendo o diploma um mecanismo para legitimar a concorrência, a condição do emprego e a justificação do não emprego.

Segundo Pochmann, a generalização de medidas nas políticas educativas, as medidas de taxas de sucesso nos exames, a medida de uma categoria social ter acesso a um nível escolar, a comparação de medidas de performance de sistemas educativos de diferentes países e etc., substituíram a referência à igualdade pela referência à justiça social. Não podemos julgar o que é justo em função do que é igual.

A situação atual da Educação Média e Superior brasileira é bastante bem contextualizada estatisticamente a partir obra de Marta Arretche (2015). O argumento da obra de Arretche é que, embora tenha havido expansão do acesso à educação em todos os níveis, indivíduos com mais recursos socioeconômicos continuam mantendo as mesmas vantagens de progressão no sistema. O acesso ao Ensino Superior foi democratizado no sentido de que houve aumento da participação feminina e de negros, pardos e indígenas. Porém, não houve

acesso igual a todas as carreiras universitárias, sendo mais intenso o aumento de participação em áreas menos valorizadas pelo mercado de trabalho, em cursos de baixo prestígio social, que não levam a grande mobilidade social.

No Brasil as diferenças de participação no ensino superior e concentração em diferentes áreas segundo raça e cor são costumeiramente interpretadas do ponto de vista da dominação (BOURDIEU, 2004) por serem os negros estigmatizados por terem um “coeficiente simbólico negativo”, como são consideradas as mulheres. Assim, os grupos de raça menos privilegiadas têm padrão de escolha de carreira universitária parecido com o das mulheres, principalmente pelos status social e valor de mercado mais baixos atribuídos às profissões femininas, optando por carreiras menos prestigiadas, muito também pela menor dificuldade de acesso.

Educação é o fator isolado que mais determina oportunidade de mercado de trabalho e o acesso não é uniforme em todos os segmentos sociais. Origem privilegiada se transforma em posição privilegiada no mercado de trabalho. Mulheres com diploma ainda ganham menos, mesmo que tenha havido diminuição da distância salarial entre homens e mulheres. Cursos de educação superior em áreas das humanidades e saúde (menos medicina) concentram mais mulheres, enquanto negócios, engenharia e tecnologia têm maioria masculina, sendo que o segundo grupo têm rendimento maior que o primeiro. A desvantagem salarial referente à raça oscilou mas não mudou significativamente, tendo negros, pardos e indígenas remuneração inferior à de brancos e amarelos com a mesma escolaridade. Há a mais pretos e pardos em cursos de humanidades, ciências sociais aplicadas e religião.

Assim, para os autores, há forte estratificação horizontal no sistema de ensino superior no Brasil, observado tanto na conclusão dos cursos quanto nos retornos aos cursos no mercado de trabalho. Os autores fazem análise do alcance educacional dos filhos graduados no ensino superior e os efeitos na escolarização de raça e classe. O recorte do estudo tem em conta a questão da escravidão e classes sociais, com foco em relação ao racismo como resquício da escravidão e a disputa desigual entre brancos e negros Brasil, em um levantamento da década de 30.

É importante discutir como o preconceito está presente na desigualdade, apesar de não ser suficiente para explicar a posição do negro na pirâmide social. O recorte de classe é determinante na análise quantitativa do processo de transição pós escravidão, analisando relação de negros e brancos por classe e renda. Analisam a taxa de escolarização desde 1980 a 2010 no Brasil, e o acesso à educação básica e superior nos últimos 15 anos. Observam os patamares de pobreza pela amostra de domicílios de beneficiários de programas como o Bolsa

Família. Houve redução dos níveis de indigência, diminuindo desde 1995 até 2006 o índice de pobreza de brancos, mas de negros se manteve. A pesquisa nacional por amostragem de domicílios mostra que aumentou a desigualdade racial mas diminuiu a desigualdade de renda (ARRETCHE, 2015).

O acesso à educação é elemento produtor de desigualdade e tem efeitos no mercado e na renda. O alcance educacional de alunos a partir o grau de escolaridade dos pais e de seu trabalho, cor, raça e a vantagem de filhos de pais brancos, que diminuiu entre 2000 e 2010, aumentando o acesso de negros e pardos no ensino superior para 24,7% em 2010, mas nas carreiras de menor prestígio, como Letras, História e Educação, ou seja, depois de formados os negros mantêm seus salários distantes dos colegas brancos. A porcentagem de negros nos cursos de prestígio aumentou pouco em comparação ao aumento que houve nos cursos de menor prestígio. A razão de chance de ingressos no nível superior por raça ainda dá vantagem para filhos de pai branco, mesmo que tenha diminuído entre 2000 e 2010, demonstrando que as barreiras sociais permanecem.

Para Arretche (2015), porém, as políticas públicas lograram modificar o quadro de desigualdade educacional no nível superior, mas ela persiste. Há fatores de diferenciação que sustentam importantes estratificações horizontais na educação superior. A última década foi marcada por uma inegável expansão da educação nos níveis médio e superior. Políticas públicas permitem ao estudante um distanciamento da sua origem social, significando algum grau de mobilidade. Esse é o caso da lei de cotas, de programas de financiamento e isenção de taxas escolares. Porém, as desigualdades e contradições são também muito evidentes.

Quase 30% dos jovens entre 15 e 17 anos no Brasil trabalhavam em 2014. Estudantes com limitadas condições financeiras e culturais frequentam o tipo de curso disponível segundo suas possibilidades, na instituição mais próxima de seu meio de origem. Há uma invisibilidade da estratificação dos “tipos de escolarização”, que ajuda a invisibilizar a própria desigualdade e sua reprodução, inclusive como parte dos fatores que respondem pela estratificação da educação superior, seja no ingresso, permanência e conclusão do curso, agindo tanto na dimensão vertical quanto na horizontal, ao condicionar a escolha de curso e instituição. Para a autora, para tornar a educação efetivamente democrática, as políticas públicas e institucionais precisam considerar a dimensão da equidade, tratando as desigualdades de modo a romper seu ciclo de reprodução. Para tanto, devem observar as formas de acesso, permanência e sucesso, por meio de ações de apoio e promoção que compensem as ausências de capital financeiro e cultura. Essas ações devem também gerar consequências na vida do indivíduo em sua relação com o mercado de trabalho.

3 COM A PALAVRA, OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Nesta seção apresentamos o resultado das entrevistas realizadas com estudantes do 3º ano do Ensino Médio de duas escolas de Porto Alegre, nomeadas ficcionalmente de Sergipe e Pernambuco, localizadas respectivamente na zona sul e no centro da cidade. A aplicação do questionário como instrumento de pesquisa em ambas escolas se deu durante o período da disciplina de sociologia, solicitamente cedido pela então professora Nair, e ocorreram nos dias 12 e 17 de julho de 2017. Os dados obtidos de cada escola foram apresentados em números absolutos em forma de gráficos, principalmente os que indicam o perfil socioeconômico das famílias dos alunos, assim como as perguntas sobre suas opiniões a respeito da função da etapa educativa em que se encontram, seus planos para após a conclusão do Ensino Médio e seus conhecimentos sobre as políticas públicas de acesso ao Ensino Superior (Cotas, ProUni e Fies). Além disso, as respostas de todos os alunos foram dispostas em uma tabela ao final deste capítulo.

3.1 ESCOLA SERGIPE

A Escola Estadual de Ensino Médio Sergipe fica na zona sul de Porto Alegre. A escola é pequena e quando da minha visita se encontrava em condições físicas bastante precárias. A aplicação do questionário no Colégio Estadual Sergipe foi realizada no dia 12 de julho de 2017 com a turma 301, no período das 9h10min da manhã, cedido pela professora Nair. Na sala de aula em que estive realizando a pesquisa havia um pedaço de forro faltando no teto e a pintura estava totalmente manchada de infiltração. A professora Nair comentou na ocasião que houve uma inundação na escola no ano anterior, e que a verba que havia para obras na escola estava direcionada para construção de uma cancha esportiva. Mesmo que a obra ainda não tivesse começado, havia uma placa em frente ao prédio. Nair comentou que a escola esteve inserida no circuito do movimento de ocupações de estudantes que ocorreu em mais de 100 escolas do RS em 2016, mas que isso não gerou muitos resultados para suas pautas particulares de reivindicação da escola, apenas conquistando a reforma da pracinha das crianças pequenas do Ensino Fundamental.

Quando cheguei na escola a diretora abriu a porta da frente, chaveada, e pediu a uma funcionária que me levasse até a prof. Nair, que me recebeu na sala dos professores. Quando chegamos na aula da turma 301, que contava na ocasião com 14 alunos presentes, os alunos estavam animados por que haviam recebido boas notas em seus trabalhos sobre imigração na disciplina de história, que precedeu o período da aula de sociologia. A sala de aula estava coberta de enfeites para a festa junina da escola (que ocorreu no mês de julho), que eles mesmos estavam confeccionando. A turma foi bastante receptiva, apesar de, naturalmente, alguns terem se envolvido mais na atividade que outros. A professora me apresentou e falou brevemente quem eu era e o que faria e, logo após, eu me apresentei para a turma e li as perguntas do questionário em voz alta, enquanto a professora distribuiu os questionários aos alunos. Ao final da aplicação do questionário eu os numerei para facilitar a análise, sendo as meninas numeradas de 1 a 8 e os meninos de 9 à 14.

Durante o período da aplicação da pesquisa alguns alunos me questionaram sobre o significado da palavra gênero, sendo que um dos alunos comentou “é pra colocar se é sis?”, ao que respondi para toda turma que era opção sexual, como eles se viam, não por quem se atraíam. Mais de um aluno me questionou, e ouvi comentando entre eles, sobre o que colocar no campo etnia. Por isso, avisei a todos que se tratava de cor/raça.

O início da aplicação do questionário se deu por volta das nove horas e quinze minutos e duas estudantes entregaram os formulários antes das 9h25min. Uma era a jovem mais extrovertida da sala, mas respondeu brevemente, e a outra, de acordo com a professora, tinha necessidades especiais. Na altura em que muitos alunos chegaram na pergunta 14, vi conversas sobre o que seriam essas políticas. Ouvi por um tempo o que debatiam, se tinham que fazer ENEM para fazer PROUNI. Em certa altura disse a todos que ficassem tranquilos e colocassem o que sabiam, que a ideia era depois fazermos um debate sobre o tema, então se soubessem o que era uma das políticas, e não as outras, fossem bastante honestos para que fosse um retrato do que eles realmente sabiam. As duas últimas alunas a entregar, às 9h50min, eram, uma, bastante interessada, respondeu as questões com muita informação precisa, e a outra, que escreveu igualmente bastante, mas não respondeu a questão 14, e suas outras respostas foram mais vagas, com ideias mais “lúdicas” misturadas. Ao comentar com a professora, descobri que derivavam de um espectro de autismo que acomete a jovem. Seus sintomas, porém, são diferentes dos da colega com deficiência que foi a 2ª a entregar o questionário e quase não respondeu nada.

Em relação a esta turma, obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 1 – Idade estudantes Escola Sergipe

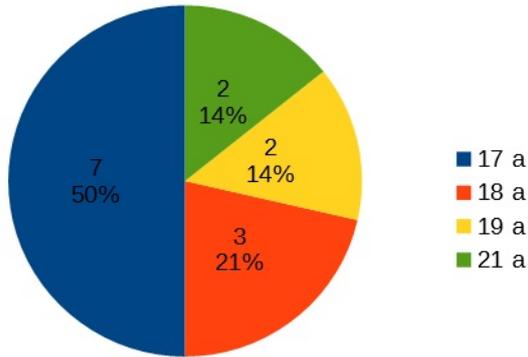
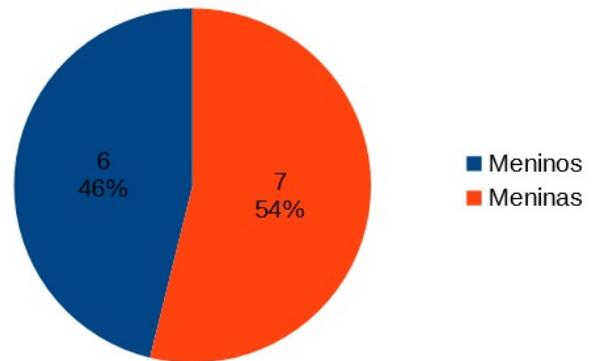


Gráfico 2 – Sexo estudantes Escola Sergipe



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Gráfico 3 – Religião estudantes Escola Sergipe

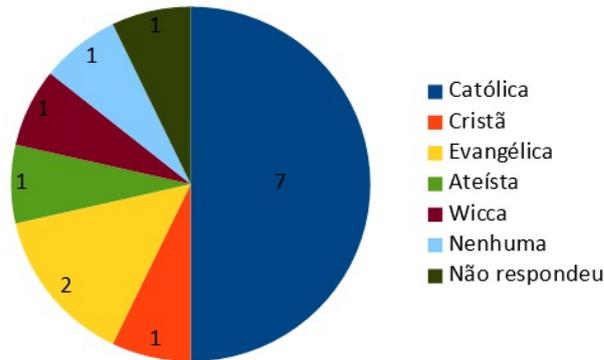
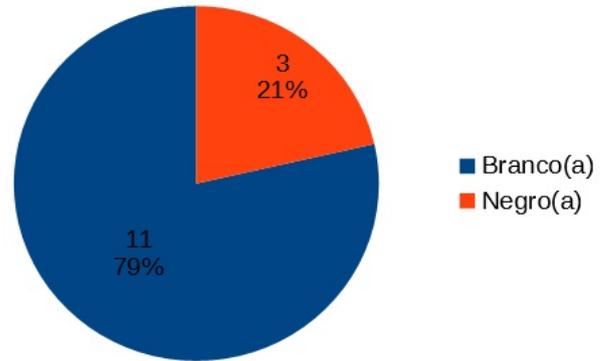


Gráfico 4 – Raça estudantes Escola Sergipe



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Gráfico 5 – Bairros dos estudantes

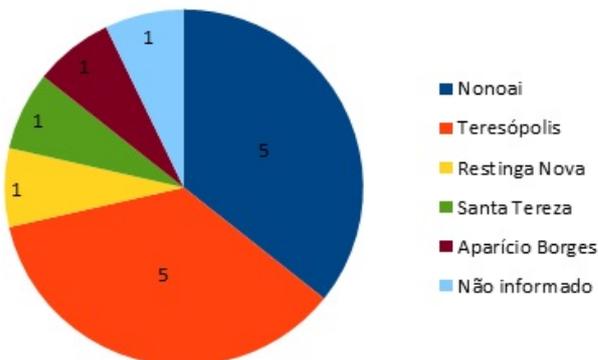
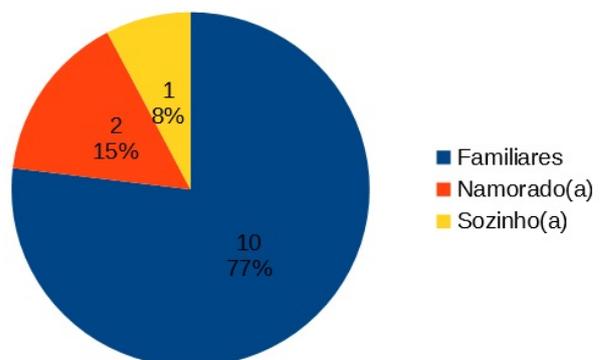


Gráfico 6 – Com quem moram os estudantes



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Gráfico 7 – Situação local de moradia

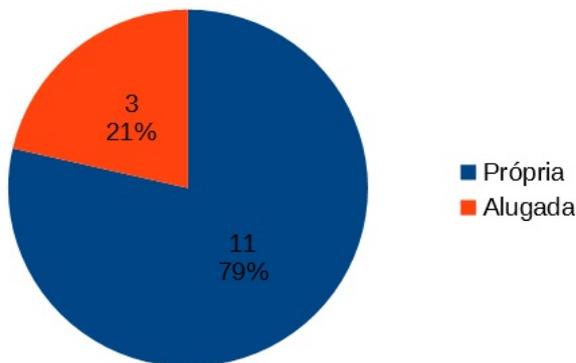
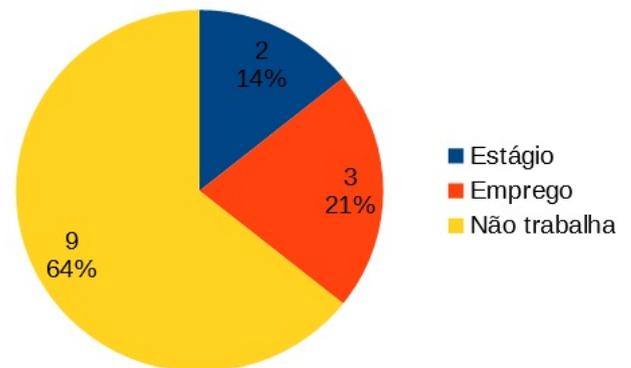


Gráfico 8 – Alunos trabalhadores



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Dos 14 alunos, 5 trabalham: Uma aluna é estagiária na Caixa Econômica Federal e quer estudar psicologia, outra trabalha em uma assistência técnica e quer ser efetivada, um menino é auxiliar em uma padaria e quer estudar educação física e ser faixa preta, outro não cita em que área é seu estágio e quer fazer faculdade ou se profissionalizar, e o último trabalha com arquivos e quer tirar carteira de motorista e fazer faculdade.

Gráfico 9 – Situação de emprego dos pais

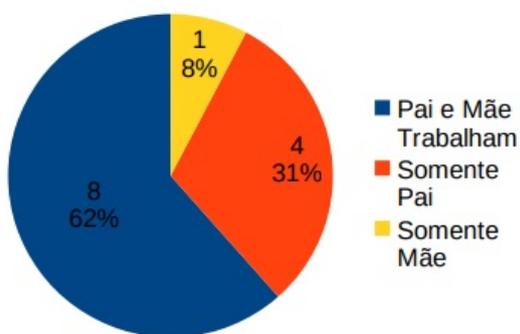


Gráfico 10 – Profissão/Emprego dos pais



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Gráfico 11 – Escolaridade da Mãe

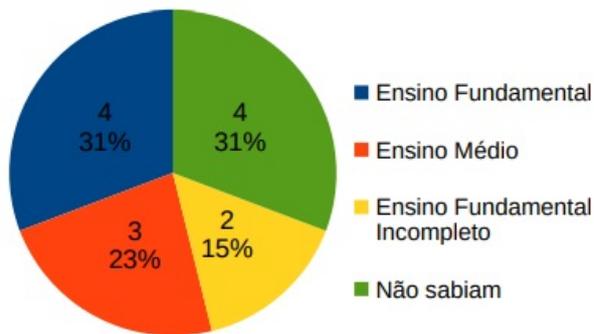
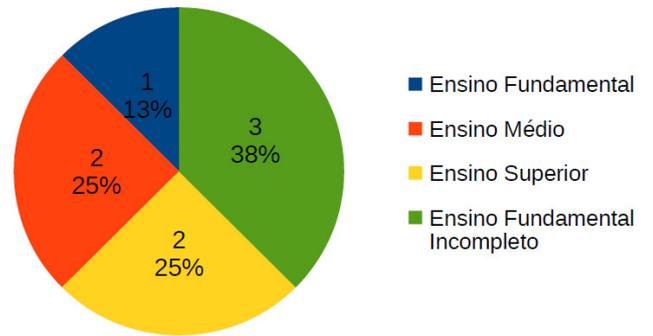


Gráfico 12 – Escolaridade do Pai



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Dividi as respostas da questão sobre quais os planos para após a conclusão do Ensino Médio em 3 grupos: o 1º com respostas dos alunos que querem fazer alguma faculdade; o 2º com alunos que responderam que querem trabalhar, mesmo que citando estudar; e o 3º grupo com os que apenas falam em trabalhar, sem dar perspectiva de continuidade nos estudos nas suas respostas.

Gráfico 13 – Planos após o Ensino Médio

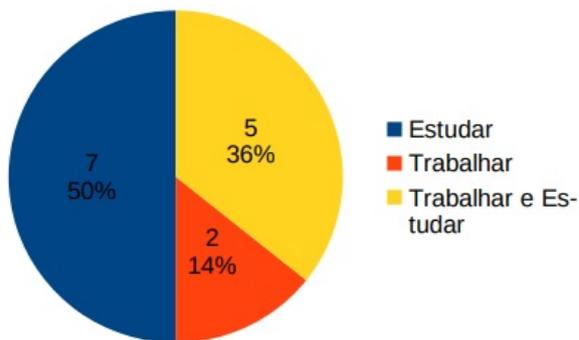
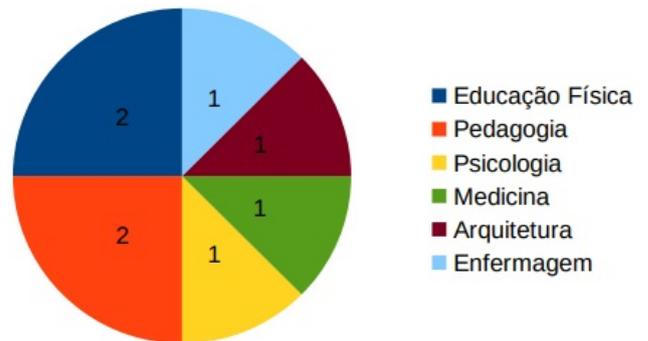


Gráfico 14 – Cursos de Ensino Superior citados

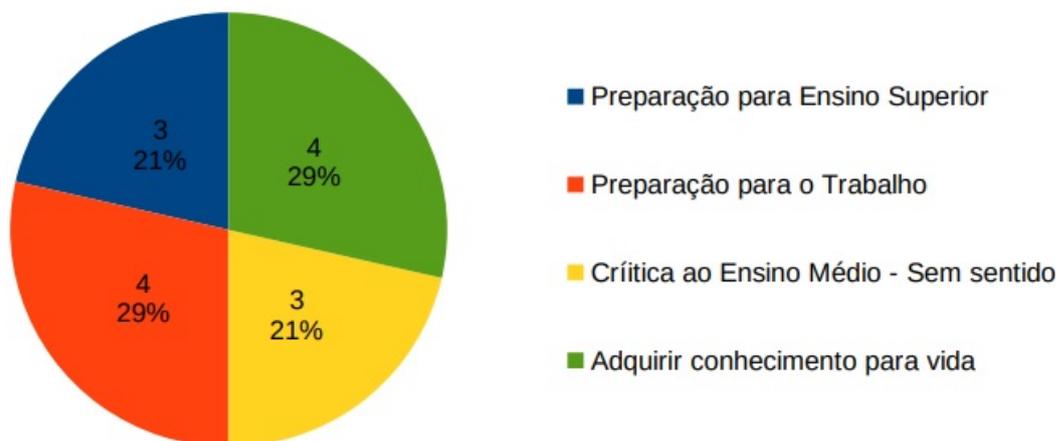


Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Dividi as respostas para pergunta sobre qual seria a importância ou sentido do Ensino Médio em 4 grupos: o 1º são respostas críticas ao E.M., ao que se propõe ou a como se estrutura; o 2º com respostas que cita o E.M. como etapa preparatória para ascender ao E.S., como aprendizado para passar no “ENEM, UFRGS e tudo mais”; o 3º grupo são respostas que colocam a função do E.M. como preparação para o mercado de trabalho, citando em geral

que é preciso ter o E.M. para ter “emprego bom e futuro melhor”; o 4º grupo de respostas que considerei vagas, amplas, ou lúdicas, exemplo: “ver a vida em outro ângulo”, “necessário para o futuro”.

Gráfico 15 – Qual a função do Ensino Médio - Estudantes Escola Sergipe



Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

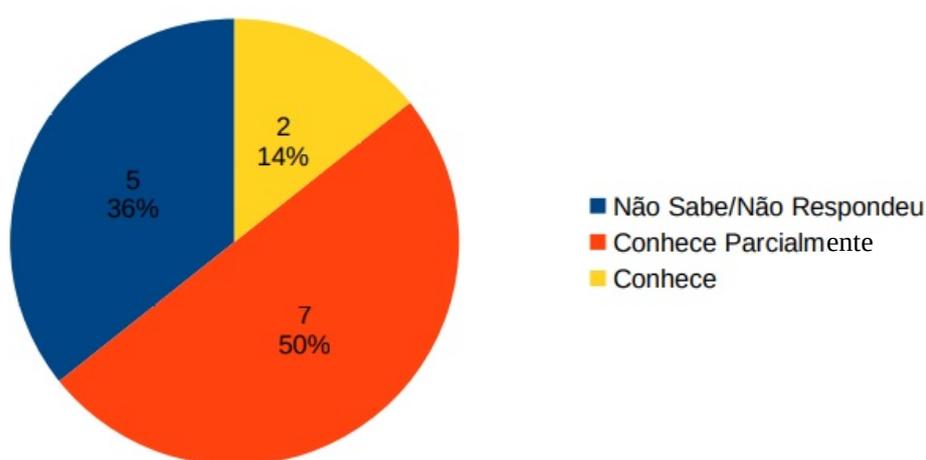
Na pergunta sobre seus conhecimentos a respeito das políticas públicas de acesso ao E.S., separei 3 grupos, divididos entre: 1º os alunos que responderam simplesmente “não sei” ou “não conheço” ou não responderam nada; no 2º alunos que tentaram responder sem terem tido total assertividade, apesar de conhecerem algumas políticas em linhas gerais, uma aluna afirmando que já ouviu falar mas acha que FIES é uma faculdade que dá bolsas de estudos, ou outra que respondeu que já ouviu falar mas que não sabe explicar, a não ser que Cotas, ProUni e FIES são programas do governo para dar oportunidade de fazer faculdade

Dois alunos fizeram boas respostas, que considerei que se aproximaram dos termos que definem a política pública. Ambos citam que pesquisaram o assunto na internet, e a aluna nº 4 diz que ouviu propaganda na TV. Para ela, “cotas são as vagas destinadas para determinados grupos sociais e raciais. Fies é o financiamento da faculdade pelo governo para alunos sem condições financeiras de arcar com as mensalidades de uma universidade particular. Prouni é o sistema que disponibiliza bolsas integrais e parciais em universidades particulares.”. De acordo com o aluno nº 11 “cotas são números de vagas reservadas para negros e pardos, pessoas menos favorecidas socialmente, na tentativa de diminuir a

desigualdade ao acesso à faculdade. Prouni é o sistema de bolsas para universidades privadas. Fies é crédito estudantil.”.

Considerei em separado a resposta de um aluno, mesmo estando incompleta, por ser o único da turma a se manifestar contrário à política de cotas. Ele respondeu que não conhece ProUni e FIES, mas que conhece as cotas pela TV e internet e que acha que não precisavam existir por sermos todos iguais.

Gráfico 16 – Conhecimento Sobre as Políticas de Acesso ao Ensino Superior



Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Alguns dos questionamentos que me fiz a partir desses resultados, do ponto de vista da intersecção dos dados obtidos, foram: Como é a vida dos jovens que se declararam negros? E a dos que trabalham? E a dos mais velhos? São os mesmos jovens? São mais meninas ou meninos? Como é o histórico de vida daqueles que não têm planos muito definidos para após o E.M., e qual o dos que têm? E o dos que apenas almejam trabalhar?

Na escola Sergipe, dos 3 jovens com 18 anos, duas são mulheres: uma é evangélica, mora com o namorado e quer cursar Pedagogia, e os outros dois moram com os pais, sendo um deles branco e, como a jovem, também quer cursar faculdade. Nenhum deles trabalha. A jovem é negra, católica e quer ser policial militar ou civil, e seus pais trabalham.

Dos dois jovens com 19 anos, uma é mulher, não respondeu etnia ou religião, mora com o namorado, trabalha e quer ser efetivada no emprego, comprar um carro e fazer cursinho para estudar na PUC. O outro é homem, não trabalha, mora com os pais, é católico e quer estudar medicina ou pedagogia.

Dos dois jovens com 21 anos, um é homem, branco, cristão, seu pai é pedreiro, mãe é ajudante de cozinha, ele trabalha em uma padaria e quer cursar ed. física, e a outra é mulher, católica, branca e quer trabalhar e cuidar da família.

Dos três jovens que se auto declararam negros, todos eram católicos e moravam nas imediações da escola em residência própria. Dois eram homens com 17 anos, um mora com os pais e o outro trabalha como estagiário e mora sozinho, e uma era mulher com 18 anos, morando com os pais. Os meninos, um tem mãe sem E.M. e pai eletricitista sem E.F. e seus planos após se formar são “entrar em uma faculdade, profissionalizar em algo, ter uma estadia de vida melhor, comprar um carro”. O outro, estagiário de arquivos, tem mãe é auxiliar de limpeza e o pai instalador hidráulico, não sabe se estudaram, e seu plano após o E.M. é “tirar carteira de motorista e fazer vestibular e faculdade”.

3.2 ESCOLA PERNAMBUCO

A aplicação do questionário no Colégio Estadual Pernambuco foi realizada no dia 17 de julho de 2017, com a turma 303, no período das 16:10 da tarde, de sociologia, cedido igualmente pela professora Nair. O questionário foi entregue por volta das dezesseis horas e quinze minutos, após eu me apresentar para a turma, que na ocasião contava com 15 alunos. O primeiro questionário me foi devolvido às 16h48min. Na ocasião, para análise, os questionários foram numerados por ordem de entrega.

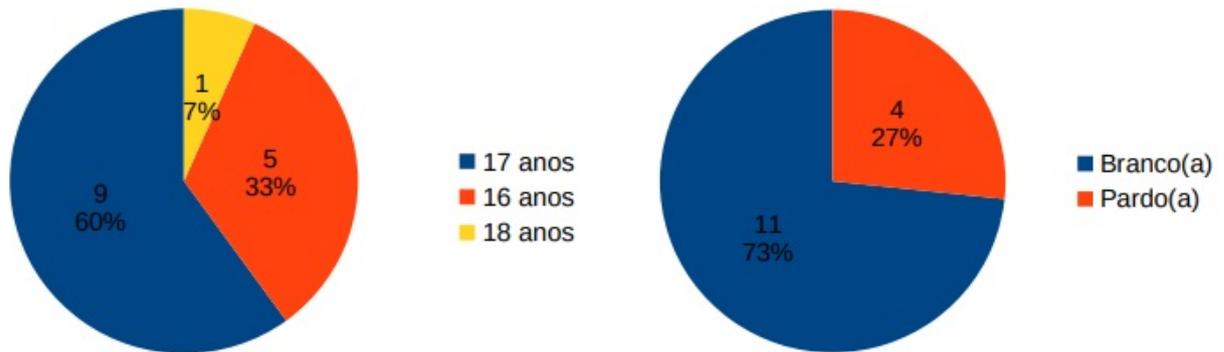
A Escola Técnica Estadual Pernambuco pertence a Rede Estadual de Ensino e atualmente oferece o Curso de Ensino Médio e os Cursos Técnicos em Laboratório de Prótese Odontológica, Nutrição e Dietética e Decoração. A escola é bastante antiga, situada no centro histórico da capital em um prédio centenário e conta com um corpo docente jovem e que em geral é quase todo sindicalizado. O espaço conta com cursos técnicos que são oferecidos, inclusive, de modo concomitante com o Ensino Médio.

Nesta turma também houve questionamentos sobre o significado da palavra etnia, os alunos conversaram entre si até que uma jovem perguntou e eu respondi se tratar de cor/raça. Falaram entre eles também sobre religião, um querendo saber a resposta do outro. Sobre a última pergunta, sobre as políticas públicas, houve burburinho, tanto uns perguntando para os outros o que era o que, quanto questionando opiniões formadas, aparecendo jovens contra e a favor de cotas. Em certa altura houve um início de tensão em relação à opinião de uma jovem

contrária às cotas, ao que respondi que tivessem o cuidado de colocar a própria opinião e que haveria um momento de debate sobre o tema posteriormente. Quando me despedi da turma quando da entrega do último questionário, alguns dos alunos ficaram pedindo que o debate fosse naquele momento.

Análise dos resultados:

Gráfico 17 – Idade estudantes Escola Pernambuco Gráfico 18 – Raça - Escola Pernambuco



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Gráfico 19 – Sexo - Escola Pernambuco

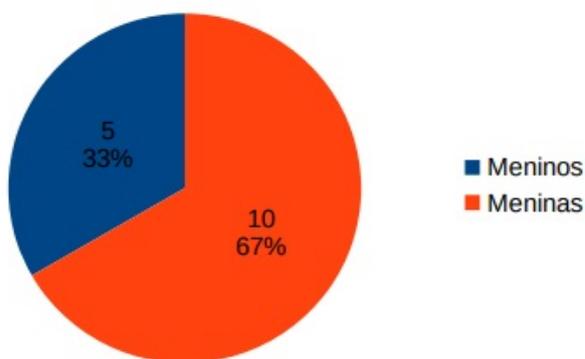
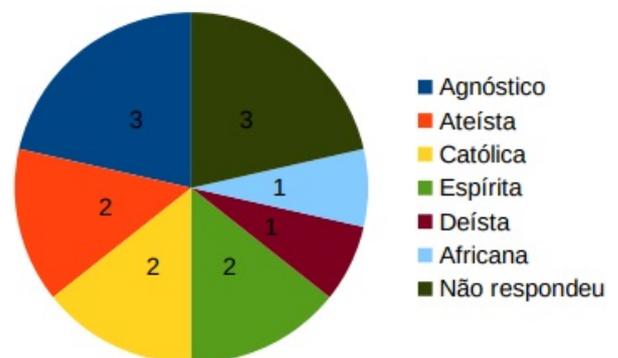


Gráfico 20 – Religião - Escola Pernambuco



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Gráfico 21 – Bairros dos Estudantes

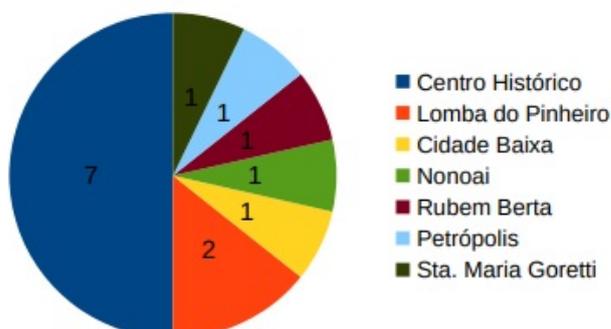
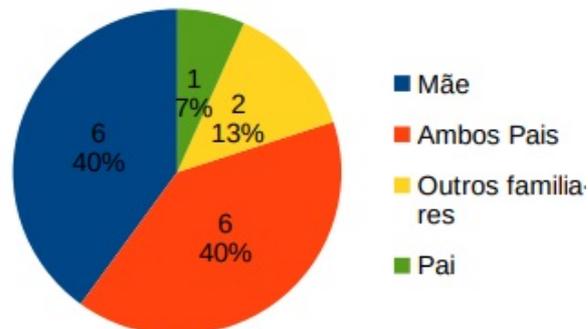


Gráfico 22 – Com quem moram os estudantes



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Gráfico 23 – Situação do local de moradia

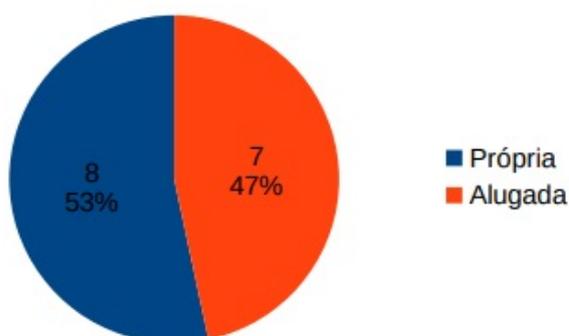
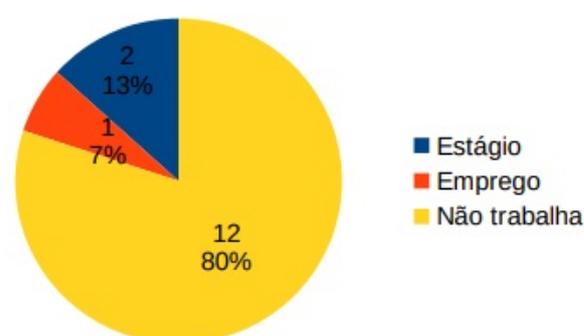


Gráfico 24 – Estudantes que trabalham



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Entre os alunos que considerei, então, como não brancas (n° 7, 10, 9 e 13), observei as 4 têm 17 anos e moram com os pais, sendo que a n° 13 trabalha, a n° 9 já trabalhou e as alunas n° 7 e 10, autodeclaradas pardas, não trabalham.

Dos alunos que moram no Centro Histórico, todos vivem com os pais, são brancos e moram em habitação alugada, menos n°4. Dos 7, 3 deles têm 16 anos, 3 têm 17 anos e 1 tem 18 anos de idade.

Dos 15 alunos, apenas 3 trabalham, sendo que mais um respondeu que já trabalhou. A estudante n° 8 é jovem aprendiz em publicidade, tem 16 anos, é branca, quer fazer faculdade, não colocou religião, mora em casa própria com a mãe, que é MEI com E.S., e com irmãos no bairro Cidade Baixa; A n° 13 é estagiária da procuradoria do Ministério da Fazenda, tem 17

anos, quer estudar Direito, Administração, Contabilidade ou Biblioteconomia, é “branca-miscigenada”, adventista, mora em casa própria no Rubem Berta com a mãe, que é contadora, e com irmão, e o pai é motorista de ônibus e tem E.M. incompleto; e a nº 3 é branca, ateia, tem 17 anos e quer fazer faculdade, trabalha na Arca do marketing e mora em casa própria no bairro Petrópolis com a mãe, que trabalha em administração.

Gráfico 25 – Situação de emprego dos pais

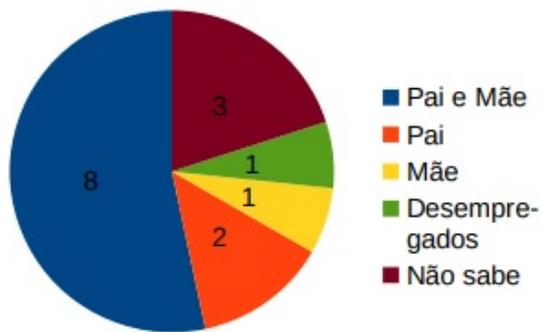


Gráfico 26 – Profissões dos pais



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Gráfico 27 – Escolaridade da Mãe

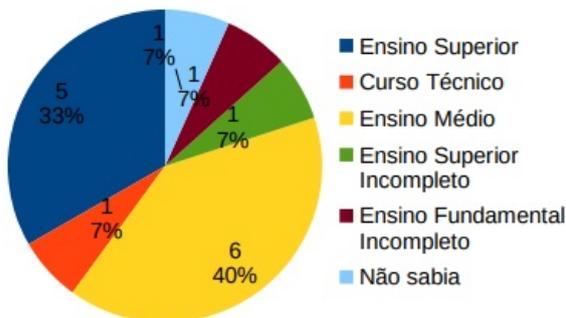


Gráfico 28 – Escolaridade do Pai



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Na pergunta sobre seus planos para após o Ensino Médio, dos 15 alunos, alguns responderam de forma vaga que têm interesse em fazer faculdade, sem citar curso, outros têm mais em mente que curso querem seguir. Um aluno pretende estudar para concurso, um quer trabalhar, enquanto um não tem planos formados e um deles “quer encontrar a felicidade”.

Gráfico 29 – Planos após o Ensino Médio Gráfico 30 – Cursos de Ensino Superior citados



Fonte: Elaborados pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Na pergunta sobre a importância/sentido do E.M., das 15 respostas, 4 foram críticas ao formato e função do E.M., 3 eram respostas vagas, 4 falavam em aprimorar o conhecimento para seguir os estudos “nos preparar pro vestibular”; um dizia que era um “mal necessário para ter dinheiro”, para outro “uma obrigação”, para um deles não tem importância, e para outro a “base para ingressar no mercado de trabalho”.

Gráfico 31 – Função do Ensino Médio



Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

A seguir, alguns exemplos de respostas críticas, referentes, respectivamente, aos alunos de nº 9 e 15:

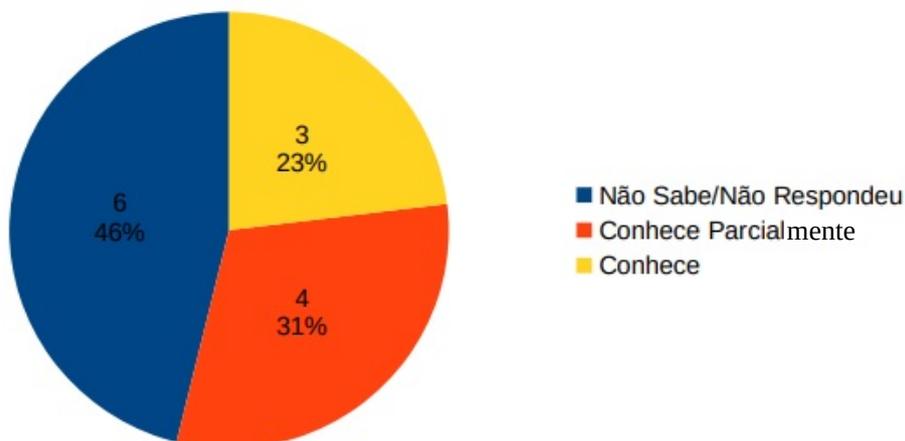
Tenho uma irmã caçula que tem 9 anos, ela está no E.F., e por isso, faço comparações diárias sobre o quanto esse ensino deixava a desejar e ainda deixa. Antes, quando eu o cursava, sonhava que o E.M. abria as portas do mundo social para mim, trazendo oportunidades e ensino de qualidade. Porém, aqui estou, concluindo-o, e as marcas de um ensino ruim ainda estiveram presentes. O E.M. atual ainda é burocrático, ou seja, ele é hierárquico e meritocrático, igual a nossa política. Esse é seu desafio. Tendo em vista que ele é a conclusão do ensino médio, a importância de seu papel é grande, pois qualifica “melhor” as pessoas para o mercado de trabalho. Mas será que melhor mesmo? E a desigualdade social que fez com que muitos não tivessem essa chance?

Para mim, o ensino médio, principalmente nas escolas públicas, não serve muito para os alunos, a maioria cursa por obrigação e há muita desistência. Isso ocorre por que a educação não é atrativa e existem muitos problemas de infraestrutura e funcionários. Além disso, o ensino médio não cumpre o papel principal de preparar o aluno para a vida em sociedade e é insuficiente de modo que um número muito baixo consegue passar direto para a universidade pública. Os estudantes geralmente não têm condições de pagar cursinho e as vagas são disputadas com alunos de escolas particulares que tiveram um ensino melhor. Eu estou cursando apenas para obter o certificado pois faço cursinho e quero me dedicar a ele.

Finalmente, na pergunta sobre seus conhecimentos a respeito das políticas públicas de acesso ao E.S., a maioria dos estudantes da turma conhecia ou já tinha ouvido falar das políticas em questão, ProUni, Fies e Cotas. Muitos deles ouviram a respeito na escola, e também na internet e televisão. Quatro alunos afirmaram que conheciam os programas mas não se arriscaram a responder. Apenas três respostas foram corretas e completas, aproximando-se do que de fato dizem as políticas. Outros quatro apenas responderam a questão sobre as cotas, criticando-as pelo seu recorte racial, defendendo que deveria haver apenas cotas sociais. Três alunos não conheciam nada.

Vale ressaltar que muitos alunos fizeram sérias críticas ao sistema de Cotas. Uma aluna fez uma boa explicação sobre as cotas, apesar de não explicar Fies e ProUni, mas no final deu a entender que a política é para compensar uma falta de capacidade da população negra.

Gráfico 32 – Conhecimento sobre as Políticas de Acesso ao Ensino Superior



Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos por meio do Questionário (Apêndice 1).

Alguns exemplos de respostas acerca das políticas de cotas para o acesso à universidade:

Cotas são justas e injustas. Muitas pessoas negras têm boas condições de vida e mesmo assim usam as cotas. Apesar da dívida histórica, as cotas deveriam ter reajuste social e os alunos deveriam sofrer menos preconceito por serem cotistas.

Acho bem errado, pois os negros têm a mesma capacidade de qualquer outra pessoa. Acho que deveriam existir cotas sociais.

De certa forma, eu acho as cotas raciais erradas, pois acho que eles têm a mesma capacidade que os outros, já as cotas sociais eu acho certo, pois ajuda quem tem pouco dinheiro a ter um bom ensino e poder batalhar por um bom futuro.

Considerarei interessante registrar o trecho a seguir, por traduzir a importância de se pensar além do acesso para obter democratização na educação:

Conheço, através de pessoas desse meio. As cotas são indispensáveis. É através delas que uma grande parcela da população negra, indígena, etc. consegue ter acesso à universidade. O problema é que elas em si não acabam com a desigualdade social dentro e fora da universidade.

3.3 ANÁLISE

Analisando comparativamente os resultados dos dois colégios, pudemos observar que na escola Sergipe os jovens são mais velhos que na Pernambuco. Na primeira escola a turma tinha mais negros, mais pessoas trabalhando, pais com empregos menos bem remunerados, com mais baixa escolaridade e vivendo em bairros mais periféricos. Mais alunos do Sergipe trabalham e têm como ambição no futuro trabalhar, tendo maior relação de proximidade com o trabalho dos pais.

Enquanto no Sergipe havia alunos com 18, 19 e 20 anos e nenhum tinha menos de 17 anos na turma observada, no Pernambuco a maioria tinha 17 anos (9 alunos), 5 tinham 16 anos e apenas um tinha 18 anos, sendo que esse era branco, morava com os pais e não trabalhava. Na turma do Sergipe 5 jovens trabalhavam, meninos e meninas, e havia empregos e estágios e as atividades eram áreas bem diferentes, como padaria e arquivamento. No caso das 3 jovens que trabalham na turma no Pernambuco, vemos estágios em áreas de trabalho intelectual e relacionados com vistas a carreira profissional que pretendem seguir, como publicidade e marketing. Interessante observar que só meninas trabalham nessa turma, as três moram com suas mães, com irmãos, mas sem pais, o que faz refletir se talvez não estejam ajudando com seus salários a suprir as necessidades das suas famílias.

Foi interessante observar também o quanto as palavras etnia e gênero encontram-se em um limbo conceitual na vida dos jovens, assim como, a forma da autodeclaração dos jovens negros e pardos, demonstrando como é importante, além de discutir o uso das diferenças para justificar desigualdades, eleger esses conceitos como tema de debate no Ensino Médio.

Interessante observar os resultados da pergunta religião, comparativamente podemos ver um número mais diverso de opiniões no colégio Pernambuco que no colégio Sergipe. Enquanto o público do Sergipe é majoritariamente católico, apenas dois alunos no Pernambuco se declararam assim. Interessante seria fazer um estudo mais detalhado de suas práticas religiosas. Os alunos autodeclarados negros no Sergipe eram católicos, enquanto um aluno branco do Pernambuco declarou ser de religião africana.

Na questão de número 12, podemos ver uma clara separação entre aqueles que querem trabalhar e os que querem estudar, além de respostas intermediárias, de alunos que escreveram de forma mais vaga apenas que querem fazer faculdade, sem citar curso. No colégio Sergipe há mais confusão entre os jovens sobre planos futuros, mesmo entre os que querem fazer

faculdade citando algum curso, como o caso do nº 14, que está em dúvida entre medicina e pedagogia, ou a nº 9, que quer fazer Educação Física para ser policial, ou a nº 3 que quer estudar matemática ou ser esteticista como a mãe. Mesmo assim, vemos que os estudantes desta escola almejam menos o Ensino Superior.

No colégio Pernambuco três alunos citam que têm interesse em estudar medicina, somente um pretende apenas trabalhar, e a confusão sobre qual curso seguir também aparece, apenas cinco deles têm cursos em mente, mas quase a metade pretende fazer faculdade, mesmo ainda não sabendo qual, sendo que dois deles não têm nenhum plano para depois do Ensino Médio. Nessa escola aparecem os cursos de Direito, Administração, Engenharia, enquanto que no colégio Sergipe as ambições são menores, aparecendo mais as profissões ligadas ao cuidado, com baixo prestígio social, como Enfermagem e Pedagogia.

As críticas que apareceram nas respostas a pergunta 13 em relação à função do Ensino Médio se direcionaram as questões da meritocracia, da pressão e do stress, o ritmo acelerado, o conteúdo inútil em detrimento de debate úteis, a decoreba, a valorização das notas e não da aprendizagem, a hierarquia, a qualidade do ensino, ao currículo, o não preparo nem para o mercado de trabalho nem para o Ensino Superior e a precariedade das escolas e dos funcionários, entre outras questões, aumentando a relação de desigualdade no direito à educação.

Sobre a pergunta 14, interessante observar que os alunos do Pernambuco fizeram bem mais juízos de valor sobre as políticas nas suas respostas, principalmente sobre as cotas, em geral, contrários à política, enquanto no Sergipe muitos mais se ativeram a apenas explicá-las, apenas um comentou sua opinião. Talvez por bem mais dos alunos na turma no Pernambuco terem tido acesso à informação a respeito, talvez por seu lugar de fala mais bem posicionado socialmente que o dos alunos do Sergipe, tenham tido essa postura de questionar as cotas raciais. No Pernambuco, os que não sabiam muito bem o que dizer em geral não responderam, inclusive um deles disse que não responderia por que não tinha opinião a respeito, sendo que a pergunta em si não pedia a opinião. Interessante que muitos mais nessa escola conheciam as políticas, responderam a pergunta 14 com mais precisão, e vários citaram terem ouvido falar sobre na escola.

4 CONCLUSÃO

Comparando não somente as diferentes realidades vividas em uma escola de periferia e uma de região central da capital do Rio Grande do Sul, mas também comparando os alunos de ambas individualmente entre si, analisando cada caso a partir de suas realidades socioeconômicas e seus planos de futuro, e apesar de tratar-se aqui de uma amostragem pequena, utilizando como referência a caracterização de democratização da educação apresentada neste estudo, é possível observar que o grande desconhecimento das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior citadas na pesquisa, Cotas, Prouni e Fies, por parte dos jovens de classes sociais mais baixas e com menor capital cultural, que são justamente o público-alvo dessas políticas, faz questionar sua efetividade.

Verificar nas respostas dos estudantes que conheciam as políticas que o meio pelo qual grande parte deles obtiveram essa informação foi a internet demonstra, de certa forma, que a desigualdade econômica da nossa sociedade reflete-se em uma dificuldade de acesso a essas políticas, já que pesquisas demonstram que grande parte da população de baixa renda não tem acesso à internet em casa. Mesmo que haja acesso por smartphones, é geralmente limitado ao uso de redes sociais, e grande parte das escolas não possui laboratórios de informática ou acesso a rede de internet.

É importante pensar se as escolas não estão falhando em introduzir esses assuntos com os alunos, o que talvez se dê por um descrédito dos professores na capacidade desses de ingressar de fato no Ensino Superior, algo que observei em alguns professores durante meu estágio de licenciatura no Colégio J. em Porto Alegre em 2015, ou talvez pela falta de informação dos próprios professores sobre essas políticas.

Conversando com a professora Nair, que cedeu suas aulas para nossa pesquisa, a questioneei sobre se um dos fatores para que os estudantes estivessem tão distantes das informações sobre as políticas de acesso ao Ensino Superior seria o engajamento dos professores, já que alguns são mais mobilizados que outros, e falam sobre isso em sala de aula, ou talvez a precariedade da estrutura e do equipamento das escolas, a proximidade com o centro histórico, talvez, influenciassem. Ela me respondeu que, na sua opinião, essa distância teria mais relação com a origem social dos estudantes. Combinamos de, após o retorno das aulas, eu fazer uma entrevista com ela sobre, entre outras coisas, de que forma ela trabalha as políticas públicas de acesso ao Ensino Superior em sala de aula, assim como, se

problematiza sobre a função do Ensino Médio e se incentiva uma reflexão entre os jovens sobre planejamento futuro.

Acredito que em certa medida essa hipótese da professora se comprova nos resultados dessa pesquisa, por demonstrarmos que os jovens de mais baixa condição social são os que têm menos informação sobre as políticas, planos menos ambiciosos e mais confusos para após o término desta etapa de ensino, e esses planos são mais relacionados diretamente ao trabalho. Apesar de todos os jovens nessa idade serem confusos sobre seus planos para após o Ensino Médio, muitos destes mais pobres já planejam seguir o ofício dos pais, seja como nos exemplos da jovem esteticista, o aprendiz de padeiro, enquanto aqueles com pais com Ensino Superior têm interesse e almejam fazer cursar mais esta etapa.

Mesmo tendo tantas questões para responder e lacunas para preencher, penso que talvez não seja o caso ainda de usar o termo democratização do ensino, tanto na educação básica quanto na superior, em uma realidade social tão profundamente desigual na qual uma mesma professora, ensinando jovens da mesma etapa de ensino, na mesma cidade, tenha estudantes com diferenças de saberes tão discrepantes.

No momento, apesar de não ter questionado a renda familiar dos alunos e não ter tido oportunidade de realizar entrevistas mais aprofundadas com cada estudante, os resultados da pesquisa me levam a questionar se há efetividade dessas políticas de acesso ao Ensino Superior em, junto às populações que sustentam capital econômico e cultural precários, modificar sua realidade social. A falta de conhecimento dos estudantes sobre as mesmas pode se dar por motivos diferentes, como falha dessa comunicação na escola, falta de informação por parte dos próprios professores, desinteresse por parte dos estudantes, entre outros fatores. Apesar de reconhecer ser um conjunto de diferentes fatores que leva a essa realidade, tendo a considerar esse fosso mais relacionado ao capital econômico e cultural, ligados a origem social do indivíduo, do que qualquer outro fator.

Os dados obtidos com o questionário indicam que, ainda que as políticas públicas promovam a democratização do acesso ao Ensino Superior, constituem-se em variáveis de impacto duvidoso no que diz respeito à redução da desigualdade social. Os públicos beneficiados acabam circunscritos a cursos de baixo prestígio social e pouco retorno financeiro, logo, verifica-se que há um limite na promoção da mobilidade social por meio de políticas públicas de acesso à universidade, visto que estas são baseadas em uma noção liberal de igualdade de chances, e não de igualdade de posições, com casos de exceção que mais confirmam do que invertem a lógica da meritocracia no ambiente escolar e que devem ser estudadas individualmente em seus impactos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRETCHE, Marta. **Trajetórias da desigualdade**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora da Unesp. 2015.
- BENJAMIN, CÉSAR. Um passo à frente na consulta popular. In: SUEPRO. **Anais do 2º Encontro Estadual das Escolas Técnicas**. P.^a, vol.1, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004, 7ª ed.
- CARVALHO, José M.. **A construção da ordem**. RJ. Campus. 1980.
- CASTRO, Claudio de Moura. **O ensino médio**: órfão de idéias, herdeiro de equívocos. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Mar 2008, Volume 16 Nº 58.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Médio**: atalho para o passado. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p. 373-384, abr.-jun., 2017.
- DEROUET, Jean-Louis. **Crise do projeto de democratização da educação e da formação ou crise de um modelo de democratização?** Algumas reflexões a partir do caso francês (1980-2010). Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, jul.-set. 2010.
- DEROUET, Jean-Louis. A sociologia das desigualdades em educação posta à prova pela segunda explosão escolar: deslocamento dos questionamentos e reinício da crítica. **Revista Brasileira de Educação**, 2002, n.21. Artigo publicado originalmente em *Éducation et Sociétés – Revue Internationale de Sociologie de l'Éducation* (Paris, Bruxelles: Département De Boeck Univeristé, nº 5, 2000).
- DUBET, François. **Injustiças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Editora da UFSC, 2014.
- DUBET, François. **O que é uma escola justa?** – A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.
- DUBET, François. Qual a democratização do E.S. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, Maio/Ago. 2015.
- DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho/ 2003. Artigo publicado originalmente na revista *Éducation et Sociétés*, n.5, 2000/2001.
- DUBET, François. **Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor**. Entrevista concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito. *Revista Brasileira de Educação* Rio de Janeiro, n. 5 e 6, 1997.
- DUBET, François. **Repensar la justicia social**.- 1ª ed.- Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira e outros (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte. Autêntica. 2000.

FERRARO, Alceu. **Analfabetismo no Brasil**: desconceitos e políticas de exclusão. In UFSC. *Perspectiva*. Florianópolis, v.22, n.1, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GANDINI, Raquel P.C. Notas sobre a constituição do Estado-nação e a educação pública. **Revista Pró-Posições**. Vol. Nº 2[8], julho 1992, S. Paulo. Cortez Editora, Campinas – UNICAMP.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 1964

LEÃO, Geraldo; Dayrell, Juarez. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação & Sociedade**, Dez 2011, Volume 32 Nº 117.

POCHMANN, Márcio; FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. In.: **Educação e Sociedade**, v. 37, nº 137, p.921-1275, out.-dez. 2016.

ROHLING, M.; VALLE, I. R.. Princípios de justiça e justiça escolar: a educação multicultural e a equidade. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 46, 2016.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; Castro, Claudio de Moura. **Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Set 2013, Volume 21 Nº 80.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira; Schlickmann, Vitor. **Escola, ensino médio e juventude**: a massificação de um sistema e a busca de sentido. *Educação e Pesquisa*, Jun 2016, Volume 42 Nº 2.

WERMELINGER, Mônica; Machado, Maria Helena; Amâncio Filho, Antenor. **Políticas de educação profissional**: referências e perspectivas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Jun 2007, Volume 15 Nº 55.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO

Questionário – Estudantes de Ensino Médio

1) Nome:

2) Idade:

3) Gênero:

4) Etnia:

5) Religião:

6) Cidade/Bairro:

7) Com quem mora:

8) Situação de moradia (alugada, própria, pensionato, outros):

9) Você trabalha? Se sim, em que?

10) Seus pais trabalham? Se sim, em que?

11) Seus pais estudaram? Até que série/ano?

12) Quais seus planos após o final Ensino Médio?

13) Qual o sentido ou importância você dá para o Ensino Médio?

14) Diga se conhece, como conheceu, e explique com suas palavras o que são: Cotas, ProUni e Fies.

APÊNDICE 2 – QUADROS DE RESPOSTAS

Quadro de Respostas dos Estudantes da Escola Sergipe

	Idade	Sexo	Raça	Religião	Bairro	C/ quem mora	Situação da moradia	Trabalho	Pais Trabalham	Escolaridade Pai	Escolaridade Mãe	Planos após E.M.	Sentido E.M.	Pol. de Acesso E.S.	Como conhece
1	17	F	P	Wicca	Nonoai	Família	Própria	N	Pai	-----	-----	Trabalhar	Critica currículo	-----	
2	18	F	N	Católica	Restinga Nova	Família	Própria	N	Ambos	-----	-----	Trabalho Policial e Ed. Física	Prepara E.S.	Não conhece	
3	17	F	B	Católica	Santa Tereza	Família	Própria	N	Ambos	F. incompleto	E.M.	Trabalhar c/ salão de Beleza e cursar Matemática	Prepara Trabalho	+ OU -	
4	17	F	B	Evangélica	Nonoai	Família	Alugada	S	Ambos	E.M.	E.M.	Cursar Psicologia	Critica – não tem sentido	Conhece	Internet e TV
5	17	F	B	Católica	Nonoai	Família	Alugada	N	Pai	E.F.	E.M.	Trabalho e cursar Enfermagem	Prepara Trabalho	+ OU -	
6	19	F	B	----	Nonoai	Namorado	-----	S	Nenhum: mãe pensionista	-----	E.F.	Trabalho, carro, cursinho e PUC	Prepara Vida	+ OU -	
7	21	F	B	Católica	Nonoai	Família	Própria	N	Pai	E.S.	E.F.	Trabalhar	Prepara Trabalho	Não conhece	
8	18	F	B	Evangélica	Teresópolis	Namorado	Alugada	N	Mãe	-----	F. incompleto	Cursar Pedagogia	Prepara Trabalho	Não conhece	
9	21	M	B	Cristão	----	Família	Própria	S	Ambos	Ilegível	Ilegível	Trabalhar c/ arte marcial e cursar Ed.	Prepara E.S. e para	Não conhece	

	Idade	Sexo	Raça	Religião	Bairro	C/ quem mora	Situação da moradia	Trabalho	Pais Trabalham	Escolaridade Pai	Escolaridade Mãe	Planos após E.M.	Sentido E.M.	Pol. de Acesso E.S.	Como conhece
												Física	Trabalho		
10	17	M	N	Católica	Teresópolis	Sozinho	Própria	S	Pai	F. incompleto	E.F.	E.S. e Trabalho	Prepara Vida	+ OU -	
11	17	M	B	Ateu	Teresópolis	Mãe	Própria	N	Ambos	E.S.	E.M.	Cursar Arquitetura	Critica – deveria preparar p/ E.S.	Conhece	Internet
12	17	M	N	Católica	Aparício Borges	Família	Própria	S	Ambos	-----	-----	Carro e Faculdade	Prepara E.S.	+ OU -	
13	18	M	B	Nenhuma	Teresópolis	Pai	Própria	N	Ambos	E.M.	E.F.	Faculdade	Prepara Vida	+ OU -	Internet e TV
14	19	M	B	Católica	Teresópolis	Família	Própria	N	Ambos	F. incompleto	F. incompleto	Cursar Medicina ou Pedagogia	Prepara Vida	+ OU -	

Quadro de Respostas dos Estudantes da Escola Pernambuco

	Idade	Sexo	Raça	Religião	Bairro	C/ quem mora	Situação da moradia	Trabalho	Pais Trabalharam	Escolaridade e Pai	Escolaridade e Mãe	Planos após E.M.	Sentido E.M.	Conhece Pol. de Acesso E.S.	Como conhece
1	17	F	B	----	Nonoai	Família	Própria	N	Ambos	E.F.	E.M.	Concurso	Prepara E.S.	+ ou -	
2	17	F	B	Africana	Centro	Família	Alugada	N	Ambos	E.M.	E.M.	Téc. Enfermagem, Faculdade, ir p/ África	Prepara E.S.	+ ou -	
3	17	F	B	Ateu	Petrópolis	Mãe	Própria	S	Pai		F. Incompleto	Faculdade	Prepara Vida	+ ou -	
4	16	M	B	Católica	Centro	Mãe	Própria	N	Ambos	E.S.	S. Incompleto	Faculdade e Trabalhar	Prepara E.S.	+ ou -	
5	18	M	B	Agnóstico	Centro	Família	Alugada	N	Ambos	E.M.	E.M.	Faculdade	Prepara E.S.	+ ou -	Mídia e Escola
6	16	M	B	Agnóstico	Centro	Família	Alugada	N	Ambos	E.S.	E.M.	Trabalhar	Prepara Vida	Conhece mas não explica	Escola
7	17	F	P	Católica	Sta Maria Goretti	Tios	Alugada	N	Ambos	E.M.	E.S.	Cursar Medicina	Não tem	Conhece mas não explica	Cursinho
8	16	F	B	----	Cidade Baixa		Própria	S	Mãe	----	E.S.	Faculdade	Prepara Vida	Não conhece	
9	17	F	P	Ateu			Própria	N	Nenhum	F. Incompleto	E.S.	Medicina ou Eng. Química	Crítica	+ ou -	“Pessoas do meio”
10	17	F	P	Espírita	Lombado Pinheiro	Avós e tios	Própria	N	Pai		----	Cursinho e cursar Publicidade e Propaganda	Crítica	Não conhece	

	Idade	Sexo	Raça	Religião	Bairro	C/ quem mora	Situação da moradia	Trabalho	Pais Trabalham	Escolaridade e Pai	Escolaridade e Mãe	Planos após E.M.	Sentido E.M.	Conhece Pol. de Acesso E.S.	Como conhece
11	17	M	B	Agnóstico	Centro	Mãe	Alugada	N	Ambos	E.M.	E.S.	Não tem	Critica	Conhece mas não explica	Palestra UFRGS na escola
12	17	M	B	Deísta	Centro	Família	Alugada	N	----	E.M.	E.M.	Cafeteria no Canadá e ser feliz	Prepara Trabalho	Não conhece	
13	17	F	P		Rubem Berta		Própria	S	Ambos	M. Incompleto	Técnico	Inglês, Téc. em Contabilidade, Biblioteconomia ou cursar Direito ou Administração	Prepara Trabalho	Não respondeu	
14	16	F	B	----	Lomba do Pinheiro	Pai	Própria	N	Ambos	F. Incompleto	E.S.	Medicina e intercâmbio	Obrigação	Conhece não explica Fies	TV, noticiário
15	16	F	B	Espírita	Centro	Família	Alugada	N	Pai	S. Incompleto	E.M.	Cursinho e Faculdade	Critica	Conhece	TV e Internet

Legenda:

Sexo – M: masculino, F: feminino.

Raça – B: branco(a), N: negro(a), P: pardo(a).

Trabalho – S: sim, N: não.

Escolaridade – E.F.: Ensino Fundamental, E.M.: Ensino Médio, E.S.: Ensino Superior.